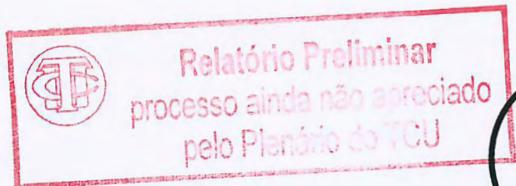




TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Controle Externo
Secretaria de Controle Externo - SP



SECEX-SP
Fls. 26

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

INTRUÇÃO APÓS CITAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

ÓRGÃO INSTAURADOR

FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
- FUNDACENTRO

TC N°

010.556/2003-1

QUALIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

NOME: MARCO ANTÔNIO SEABRA DE ABREU ROCHA

CPF: 222.329.826-53

ENDEREÇO: Av. Rio Branco, 39 – 18º Andar – Centro, Rio de Janeiro – CEP 20090-003

NOME: SMP&B SÃO PAULO COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 62.799.184/0001-59

ENDEREÇO: Av. Rio Branco, 39 – 18º Andar – Centro, Rio de Janeiro – CEP 20090-003

REPRESENTANTE : Cristiano de Mello Paz

CPF: 129.449.476-72

ENDEREÇO: SB/Norte, Quadra 1, Bloco B, sala 201 – Ed. Conf. Nacional C, Asa Norte – Brasília – CEP 70310-500

NOME: QUALITY COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 87.339.115/0001-93

REPRESENTANTE : Ney Tadeu da Silveira

CPF.: 067.860.570-04

ENDEREÇO: Rua Bernardo Pires, 280 – sala 202 – Santana, Porto Alegre – RS – CEP 90620-010

QUANTIFICAÇÃO DO DÉBITO

VALOR HISTÓRICO DO DÉBITO : R\$ 4.102.749,09

DATA DA OCORRÊNCIA: período de 15/10/1998 a 18/03/1999

VALOR (total) ATUALIZADO ATÉ 19/10/2005: R\$ 12.311.217,44 (vice demonstrativo de débito
às fls. 15/20-vol.35)

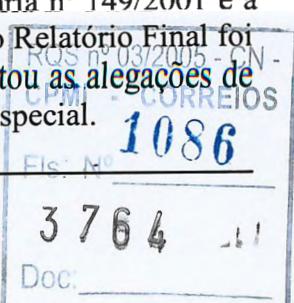




I - BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO

1. Trata o presente processo de impugnação de diversas despesas com publicidade e propaganda, em sede de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro, referentes à organização e execução do XV Congresso Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho, de iniciativa conjunta da Organização Internacional do Trabalho e Associação Internacional de Seguridade Social. O evento realizou-se entre 12 e 16 de abril de 1999, contando com 3.000 participantes, no Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo, com organização e coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Segurança de Saúde do Trabalho - SSST e da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro, esta última patrocinadora do evento.
2. A referida Tomada de Contas Especial – Processo 762/99 - foi instaurada pela Fundacentro, mediante a Portaria da Presidência da Entidade nº 158, de 5/8/1999, em razão das falhas e/ou irregularidades relatadas no Relatório de Auditoria Especial n.º 032.606, de 03.08.1999 – folhas 03/10-vol. Principal. A mencionada auditoria, promovida pela Secretaria de Controle Interno do Ministério do Trabalho e Esporte, examinou as despesas com publicidade e propaganda realizadas no período de 01.01.1998 a 30.04.1999, e constatou diversas irregularidades na execução dos contratos de serviços formalizados com as agências SMP&B São Paulo Comunicação Ltda. e Quality Comunicação Ltda. Estes contratos, oriundos da Concorrência n.º 03/1996 (Processo 1184/96), datam, respectivamente, de 15.04.1997 e 10.05.1997, com vigência de 12 meses. Obs: foram objeto de aditamentos em julho/1997 e maio/1998 (fls. 562/591-vol. Principal).
3. A Comissão de Tomada de Contas Especial emitiu, em 10/11/1999, seu relatório, às fls. 605/617-vol.3, concluindo pela responsabilidade do então Diretor Administrativo e Financeiro da Fundacentro, Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha, solidariamente com a empresa SMP&B São Paulo Comunicações Ltda - de agora por diante identificada nesta instrução simplesmente como SMP&B - por pagamentos sem a comprovação de execução e do destino dado aos materiais e serviços constantes nas notas fiscais analisadas, bem como pagamentos indevidos de honorários e superfaturamentos. O Sr. Marco Antônio também foi responsabilizado, solidariamente com a Quality Comunicação Ltda, por pagamentos indevidos de honorários a esta empresa.
4. Tendo em vista as conclusões da TCE, a Fundacentro instaurou o Processo Administrativo Disciplinar nº 206/2000 a fim de apurar a responsabilidade funcional do Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha, tendo concluído também pela responsabilização do ex-Diretor Administrativo e Financeiro em seu Relatório, datado de 9/6/2000 (fls. 523-553-vol.14).
5. A empresa SMP&B encaminhou à Fundacentro, em 26/03/2001, alegações de defesa com 3.318 folhas (acostadas aos vols. 15 a 32). Em 14/11/2001, o Presidente da Fundacentro, através da Portaria nº 149/2001, determinou a instauração da Comissão Especial, a fim de analisar as justificativas apresentadas pela SMP&B. Somente após a revogação da Portaria nº 149/2001 e a instituição de uma nova Comissão Especial, pela Portaria nº 025/2002, é que o Relatório Final foi concluído, em 30/07/2002 (fls. 1882/1909-vol. 9). A Comissão Especial rejeitou as alegações de defesa apresentadas e ratificou a decisão da Comissão de Tomada de Contas Especial.

1086





6. Após a adoção de uma série de medidas – determinadas pelo Controle Interno - para o saneamento dos autos – conforme descrição do relatório de fls. 2258/2259-vol.11, os autos foram encaminhados à Secex-SP, por intermédio do Of. nº 042/2003/AECI/MTE, datado de 22/05/2003, às fls. 2265-vol.11, tendo o Controle Interno certificado as contas como irregularidades.
7. Os fatos apurados estão descritos nos seguintes documentos:
 - a) Relatório de Auditoria Especial n.º 032.606 da Secretaria de Controle Interno do Ministério do Trabalho e Esporte: **folhas 03/10 do vol. Principal.**
 - b) Processo Administrativo n.º 762/1999, relativo à Tomada de Contas Especial, instituída pela Portaria nº 158, de 05.08.99, pela Presidência da Fundacentro: **vol. Principal e vols. 1 a 11.**
 - c) Processo Administrativo Disciplinar n.º 206/2000, instaurado pela Portaria nº 020/2000, de 21/02/2000, da Presidência da Fundacentro: **vols. 12, 13 e 14** (também identificados na capa, manuscritamente, como Anexo I e Anexo I volumes I e II).
8. A instrução da Secex/SP de fls. 2271/2275-vol.11, aquiescendo às conclusões constantes dos autos, propôs a citação dos responsáveis pelos diversos débitos que podem ser assim agrupados:

Irregularidades datas de ocorrência: no período de 15/10/1998 a 18/03/1999	Agência de publicidade responsável	Débito: vlr histórico (R\$)
pagamentos indevidos de honorários em desacordo com Cláusula Terceira, Parágrafo Primeiro, do I Termo Aditivo ao Contrato (v. contratos às fls. 563-vol. 2 e 585-vol.3)	QUALITY COMUNICAÇÃO LTDA	91.388,4
	SMP&B SÃO PAULO COMUNICAÇÃO LTDA	654.576,92
superfaturamento na realização de despesas com impressão de peças publicitárias e serviços com fotolitos	SMP&B SÃO PAULO COMUNICAÇÃO LTDA	196.953,2
pagamentos efetuados sem a comprovação da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço	SMP&B SÃO PAULO COMUNICAÇÃO LTDA	4.102.749,09

9. O Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundacentro à época dos fatos, foi responsabilizado, solidariamente com as empresas QUALITY COMUNICAÇÃO LTDA e SMP&B SÃO PAULO COMUNICAÇÃO LTDA, por todos os débitos e irregularidades supracitados.





II - DA CITAÇÃO

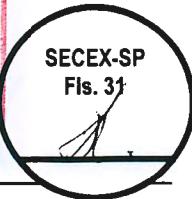
10. Em cumprimento ao Despacho da então Secretaria da Secex/SP, às fls. 2296-vol.11, foi promovida a citação do Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha e das empresas Quality Comunicação Ltda e SMP&B São Paulo Comunicação Ltda, por meio dos ofícios nºs 1377,1378 e 1376, datados de 4/11/2004, respectivamente (v. fls. 2328/2330-vol.11)
11. A empresa **Quality** tomou ciência do aludido ofício, tendo apresentado tempestivamente a peça de fls. 3349/3394 e documentos anexos, todos acostados ao vol.33.
12. A empresa **SMP&B** tomou ciência do aludido ofício, tendo apresentado tempestivamente a peça de fls. 3530/3535 e documentos anexos, todos acostados ao vol. 34. Todavia, é preciso observar que a SMP&B limitou-se a opor preliminares para, ao final, pedir a extinção do feito sem julgamento do mérito, não chegando a atacar diretamente as irregularidades a ela imputadas (v. fls. 3530/3535-vol.34).
 - 12.1. A empresa argumenta que os fatos apontados pelo Relatório de Auditoria Especial nº 032.606, realizado pelo Controle Interno em junho de 1999, já estão sendo apreciados pelo Poder Judiciário em dois processos distintos. O primeiro deles decorrente de uma ação ordinária interposta pela Fundacentro. O segundo, instaurado a partir da interposição, pelo Ministério Público Federal, de Ação Civil Pública. Ambas as ações, segundo a SMP&B, encontram-se reunidas perante a Justiça Federal e encontram-se pendentes de decisão. A empresa ressalta que contestou as duas ações judiciais, tanto é assim que a SMP&B apresenta ao TCU as petições iniciais e as respectivas contestações (v. fls. 3541 e segtes do vol.34).
 - 12.2. Importa salientar que as preliminares opostas pela SMP&B estão sendo examinadas no item 14 desta instrução. Por outro lado, conquant o citada tenha preferido não se manifestar sobre o mérito, em respeito ao princípio da verdade material, esta instrução considerará todos os elementos de defesa presentes nos autos, quais sejam:
 - a) a contestação que a empresa SMP&B ofereceu no processo judicial nº 2002.61.00.008642-1, da 11ª Vara Cível Federal de São Paulo, referente à Ação Civil Pública que lhe foi movida pelo Ministério Público Federal: **fls. 3597 a 3636 do vol. 34;**
 - b) a contestação que a empresa SMP&B ofereceu no processo judicial nº 2001.61/00.31706-2, da 11ª Vara Cível Federal de São Paulo, referente à Ação Ordinária que lhe foi movida pela Fundacentro: **fls. 3639 a 3695 do vol. 34;**
 - c) a defesa apresentada pela agência de publicidade SMP&B, em 26/03/2001, no bojo da Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundacentro: **vols. 15 a 32** (também identificados nas capas, manuscritamente, como Anexo II e Anexo II vols. 1 a 17);
 - 12.3. O **Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha** foi citado mediante o Ofício da Secex/SP nº 1377, datado de 04/11/2004, cópia às fls. 2329-vol. 11. Em 16/12/2004, o



Responsável apresentou requerimento de prorrogação de prazo de 30 dias para a apresentação de alegações defesa (v. fls. 2337 / 2338-vol.11). O Sr. Ministro Relator autorizou a prorrogação em despacho de fls. 2341. Em 28/01/2005, o Responsável pede nova prorrogação, desta feita de 60 dias. O Sr. Ministro Relator autorizou a nova prorrogação em despacho de fls. 2352.

- 12.4. Transcorridos os prazos regimentais – o prazo fixado e as prorrogações concedidas - o Responsável não apresentou suas alegações de defesa quanto às irregularidades verificadas nem efetuou o recolhimento do débito. Por isso, entendemos que deva ser considerado revel, dando-se prosseguimento ao processo, de acordo com o art.12, § 3º, da Lei nº 8.443/92. Não obstante a revelia, em respeito ao princípio da verdade material, consideraremos nesta instrução os seguintes elementos de defesa constantes dos autos:
- a) defesa apresentada pelo Responsável perante a Comissão de Tomada de Contas Especial: **fls. 502-vol. 2 e 672/675-vol. 3;**
 - b) depoimento prestado pelo Responsável perante a Comissão Disciplinar: **fls. 494/500-vol.14;**
 - c) defesa apresentada pelos seus advogados perante a Comissão Disciplinar: **fls. 516/521-vol.14.**
 - d) resposta à audiencia – Ofício Secex/SP nº 185, datado de 1/3/2002 – promovida no bojo do TC 007.285/1999-0 (Prestação de Contas da Fundacentro – exercício 1998) – cópias anexadas às fls. 4/14-vol.35.





III – DOS VOLUMES

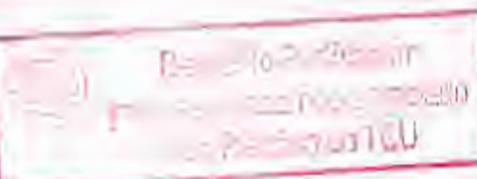
Obs: para facilitar o manuseio dos autos, na “tabela de volumes” relacionamos os volumes e seus conteúdos principais, e na “tabela de peças” listamos a localização de algumas das peças relevantes dos autos.

TABELA DE VOLUMES

VOLUME	Conteúdo principal	folhas
Principal	Proc. Adm. Fundacentro 762/99	1-194
1	Proc. Adm. Fundacentro 762/99 – cont.	195-396
2	Proc. Adm. Fundacentro 762/99 - cont	397-570
3	Proc. Adm. Fundacentro 762/99 - cont	571-769
4	Proc. Adm. Fundacentro 762/99 - cont	770-969
5	Proc. Adm. Fundacentro 762/99 – demonstrativos de débitos (a partir da. 1027)	970-1170
6	Proc. Adm. Fundacentro 762/99 – demonstrativos de débitos	1171-1369
7	Proc. Adm. Fundacentro 762/99 – demonstrativos de débitos	1370-1569
8	Proc. Adm. Fundacentro 762/99 – demonstrativos de débitos (até a fl. 1674)	1570-1767
9	Proc. Adm. Fundacentro 762/99 – demonstrativos de débitos (a partir da fl. 1912)	1768-1967
10	Proc. Adm. Fundacentro 762/99 – demonstrativos de débitos	1968-2167
11	Instrução Inicial da Secex/SP e Citações	2168-2351
12	Proc. Adm. Disciplinar Fundacentro nº 206/2000	1-207
13	Proc. Adm. Disciplinar Fundacentro nº 206/2000 – vol.I	208-406
14	Proc. Adm. Disciplinar Fundacentro nº 206/2000 – vol. II	407-554
15	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (Anexo II)	01– 195
16	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (vol.1)	196-392
17	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (vol.2)	395-594
18	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (vol.3)	595-780
19	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (vol.4)	781-977
20	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (vol.5)	978-1160
21	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (vol.6)	1161-1342
22	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (vol.7)	1343-1543
23	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (vol.8)	1544-1740
24	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (vol.9)	1741-1937
25	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (vol.10)	1938-2116
26	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (vol.11)	2117-2307
27	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (vol.12)	CPMI 2308-2470
28	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (vol.13)	2471-2652



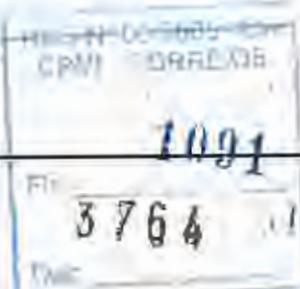
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Controle Externo
Secretaria de Controles Externos - SP



29	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (vol.14)	2653-2847
30	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (vol.15)	2848-3041
31	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (vol.16)	3042-3241
32	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (vol.17)	3242-3348
33	Resposta à Citação – Quality Comunicação Ltda	3349-3529
34	Resposta à Citação – SMP&B Publicidade Ltda	3530-3698
35	Exame das Respostas às Citações – Secex/SP	reinicia em 1

TABELA DE PEÇAS

Volume	Algumas Peças Relevantes	folhas
1	Relatório de Auditoria Especial Ciset nº 032.606	3-10
3	Relatório de Conclusão de TCE , de 10/11/1999	605-625
4	Relatório Final da TCE – 9/12/1999	785-811
4	Demonstrativo financeiro de débito da TCE, de 17/01/2001	836-845
9	Relatório Final, de 30.07.2002	1882-1909
11	Relatório Extraordinário da TCE, de 7/11/2002	2236-2250
11	Relatório de Auditoria da CGU-SFC, de 6/2/2003	2256-2260
11	Instrução Secex-SP, de 30/09/2003	2271-2295
14	Relatório do Processo Administrativo Disciplinar 206/2000, datado de 9/6/2000	523-553
33	Alegações de Defesa – Quality Comunicação Ltda	3349/3394
34	Alegações de Defesa – SMP&B Publicidade Ltda	3530/3535





IV - DAS PRELIMINARES

13. PRELIMINARES opostas pela empresa Quality (fls. 3351-3354-vol. 33):

13.1. A empresa requer a extinção deste feito sem julgamento de mérito, com base no teor do art. 295, inc. I, parágrafo único, inc. III, do CPC, pelo fatos infra, *in verbis*:

(...) *após decorridos vários anos, somente agora, após a defesa apresentada em ambas demandas supracitadas, é que houve o devido e necessário encaminhamento dos ditos Relatórios ao competente TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, segundo própria Instrução Normativa nº 13 do TCU, de 04.12.1996, e Conclusão exarada em tal último documento. Aliás, há completo vício de origem dos mesmos, que ora embasam a demanda.*

[...]

Assim, pela ausência do cumprimento legal pela Procuradoria Jurídica da FUNDACENTRO no que concerne ao encaminhamento "in continente" do Processo/Relatório para parecer do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, tempestivamente, uma vez que data de remoto exercício do ano de 1999, o aludido Relatório que fundamenta a presente demanda possui "vício de origem", sendo impossível juridicamente o pleito inaugural, seja pelo decurso de prazo (prescrição — Novo Código Civil), seja pela origem em si, havendo inofismável CARÊNCIA DE AÇÃO, razão pela qual REQUER seja o presente feito extinto sem julgamento do mérito, com base no teor do art. 295, inc. I, parágrafo único, inc. III, CPC, pelo acolhimento integral desta preliminar.

[...]

Ocorre, que tanto na Ação Civil Pública como na ação Ordinária promovida pela FUNDACENTRO, os valores provenientes do Relatório de Auditoria Especial que também motivara este processo, estão sendo cobrados da empresa "Quality", tanto que já fora petionado o apensamento daquelas demandas. Agora, novamente a empresa se vê envolvida como parte neste feito, em que o OBJETO é o pagamento, devolução ao erário público, dos valores que já estão sub-júdice naquelas e devidamente garantidos, razão pela qual, há total carência deste procedimento, processo, pois que está ocorrendo indubitavelmente DUPLICIDADE DE COBRANÇA, ao que REQUER a extinção deste feito, sem julgamento de seu mérito, com base no teor do art. 295, inc. I, parágrafo único, inc. III, CPC, pelo acolhimento integral desta preliminar.

13.2. A Quality requer que sejam desconsiderados todos os documentos que não sejam originais ou fotocópias autenticadas, *in verbis*:

A contestante suscita a preliminar de Inépcia de toda e qualquer pretensão, cujo pretenso direito de ação esteja embasado em documentos que não estiverem revestidos de suas formas originais ou fotocópias devidamente autenticadas, consoante determinação legal vigente, pois que não detentores da força "probandi" necessária, ao que desde já REQUEREM sejam desconsiderados pelo Douto Juiz, por conterem nítido vício de forma e não servirem como meio de prova lícita e possível.



13.3. PARECER TÉCNICO/FUNDAMENTAÇÃO:

- 13.3.1. Não procede a alegação de vício de origem, vez que a instauração de TCE é um poder-dever atribuído ao próprio gestor público, conforme estabelece a IN/TCU nº 13/96 que, logo em seu preâmbulo, diz “(...) *ao administrador público incumbe a vigilância e o zelo na condução dos negócios públicos, cabendo-lhe a adoção de medidas que objetivem o pronto ressarcimento dos danos causados ao Erário, independentemente das providências a cargo deste Tribunal*” (grifos nossos)
- 13.3.2. No que tange à intempestividade, a IN/TCU nº 13/96 apenas fixa prazo o de 180 dias para que o administrador público adote providência para a apuração de irregularidades (art. 1º, §1º), além do encaminhamento imediato da TCE ao Tribunal (art. 6º) – obviamente após a sua conclusão. Não poderia ser diferente, vez que os prazos para a execução dos trabalhos de apuração da TCE variam, entre outros fatores, proporcionalmente à complexidade do caso. Há, de fato, indícios de lentidão excessiva em determinadas fases do processo, todavia, conforme esclarecido, não há que se falar nulidades processuais.
- 13.3.3. A alegação de carência de ação em razão da existência de dois processos judiciais com mesmas causas de pedir é totalmente improcedente, porquanto o Tribunal de Contas possui jurisdição própria e privativa em todo o território nacional, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência, nos termos do artigo 71, II, CF e art. 4º da Lei 8.443/92.
- 13.3.4. Igualmente não procede a preliminar de inépcia devido à existência de photocópias não autenticadas nos autos. Ressalte-se que a citada não contesta concretamente a autenticidade de nenhuma das photocópias, mas apenas alega descumprimento de uma formalidade legal. Acerca desta questão, o Ilustre Profº Cândido Rangel Dinamarco, *in Instituições de Direito Processual Civil*, vol. III, 3ª ed., São Paulo:Malheiros, 2002, p. 579-580, diz, *in verbis*:

Vários dispositivos do Código de Processo Civil condicionam a eficácia probatória do documento particular ou de reproduções de documentos de toda ordem, ao requisito da autenticação por oficial público. Estão entre eles o inc. III do art. 365, pelo qual as reproduções de documentos públicos fazem a mesma prova que os originais, desde que portadores do requisito da autenticação oficial; o art. 369, que reputa autêntico o documento particular quando reconhecida a firma do signatário; o art. 374, caput e parágrafo, que dispõem sobre telegrama, radiograma ou qualquer outro meio de transmissão etc.

Em alguns pontos, o Código de Processo Civil faz uma ressalva, que é pertinente a todos esses casos de exigência de autenticação e consiste em exigir-la somente quando surgir controvérsia sobre a autenticidade do documento (arts. 370 e 372). No último deles está dito, em plena coerência com o inc. III do art. 334, que se presume a autenticidade do documento particular o silêncio do adversário daquele que o houver trazido aos autos. Essa regra deve prevalecer em todos os casos.

O Código Civil praticamente reedita essas disposições, ao estabelecer (a) que as reproduções de toda ordem fazem prova quando



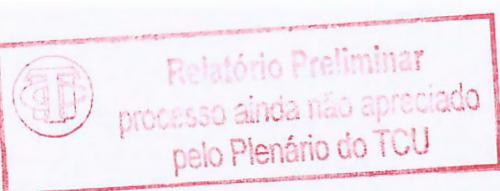
não impugnadas pelo adversário daquele que as houver trazido aos autos e (b) que, impugnada a autenticidade de uma delas, quem a exibiu tem o ônus de exibir o original, para confronto, sob pena de não se reputar provado o fato (arts. 216, 217, 218, 222, 223). Nenhuma dessas disposições seria necessária dada a regra da aceitação dos fatos não impugnados, independente de qualquer prova (ainda o art. 334, inc. III, CPC).

14. PRELIMINARES opostas pela empresa SMP&B:

- 14.1. Alega a Defesa, às fls. 3531-vol.34, que a documentação apresentada pelo Tribunal de Contas da União à Ré, tanto no que concerne o termo citatório quanto ao seu anexo, é completamente omissa, não mencionando, nem ao menos, a origem do débito cobrado, não apresentando, nem mesmo, um valor exato a ser devolvido aos cofres públicos, ou, ainda, quais foram os serviços onde supostamente teriam ocorrido falhas de fornecimento etc.
- 14.2. A Defesa alega que as irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 032.606, de 1999, de autoria do Controle Interno, já está sendo objeto de processo judicial (mencionados no subitem 12.2), cujas contestações o Responsável fez anexar às fls. 3597/3637 e 3639/3695-vol.34
- 14.3. A Defesa argumenta que o Responsável não concorda com as acusações que vem sofrendo, tanto que se defende por considerar-se inocente e, por todo o exposto, pleiteia a extinção preliminar, deste feito.

14.4. PARECER TÉCNICO/FUNDAMENTAÇÃO

- 14.4.1. Basta verificar a cópia do Ofício 1376, às fls. 2328-vol. 11, encaminhada à Responsável, para se verificar que constam as informações essenciais para científica-la do teor das acusações, inclusive fazendo referência expressa de que as irregularidades a ela imputadas eram as contidas no Relatório de Auditoria Especial nº 032.606 da Secretaria de Controle Interno no MTE. Ora, a empresa SMP&B não pode alegar desconhecimento do teor das acusações, porquanto, no âmbito da TCE instaurada pela Fundacentro, Proc. 762/99, já havia apresentado nada menos do que 17 volumes de elementos de defesa (anexados ao presente processo nos volumes 15 a 32) refutando, justamente, as acusações constantes do referido Relatório de Auditoria Especial nº 032.606.
- 14.4.2. Os demonstrativos de débitos (v. fls. 2291/2311-vol.11), conforme deixa claro o despacho da então Secretaria de Controle Externo, às fls. 2296-vol.11, foram devidamente encaminhados à SMP&B, conquanto a Defesa alegue, às fls. 3533/3535-vol.34, que ao ato citatório foi anexado um emaranhado de cálculos, pouco elucidativos e sem qualquer justaposição prática que possibilite a apresentação de uma defesa plausível.
- 14.4.3. Há que se considerar a grande complexidade do caso. Os seus 34 volumes são uma amostra disso. Foge à razoabilidade se exigir que a comunicação citatória contivesse todos os detalhes jurídicos e contábeis-financeiros do caso. Por esta razão, para que não houvesse qualquer prejuízo à Responsável, o referido ofício



deixou patente em seu último parágrafo que: “(...) em respeito ao princípio da ampla defesa, o Tribunal, por meio desta Secretaria, coloca-se à disposição para prestar esclarecimentos e/ou para concessão de vista dos autos(...)”.

- 14.4.4. Aliás, comprovando que a Defesa tinha inteira ciência do teor das acusações, a SMP&B apresentou ao TCU a sua peça contestatória contra a Ação Civil Pública nº 2002.61.00.008642-1, movida pelo Ministério Público, assim como também fez anexar a contestação contra a Ação Ordinária nº 2001.61/00.31706-2, movida pela Fundacentro. Esses dois processos judiciais têm idênticos contornos fáticos do caso em apreço.
- 14.4.5. Ainda nesse tocante, considerando o disposto no §4º do art. 179 do Regimento Interno do TCU, ou seja, que o comparecimento espontâneo do responsável supre até a falta de citação, então, há que se admitir que meras omissões do expediente citatório são também supridas pelo comparecimento do responsável.
- 14.4.6. Por último, a alegação da existência de dois processos judiciais com as mesmas causas de pedir remotas não tem o condão de inibir a atuação do Tribunal de Contas vez que o TCU possui jurisdição própria e privativa em todo o território nacional, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência, nos termos do artigo 71, II, CF e art. 4º da Lei 8.443/92.





V- DO MÉRITO

15. DESCRIÇÃO DA IRREGULARIDADE:

Pagamentos de honorários às empresas SMP&B e Quality efetuados ao arrepio das disposições estatuídas na Cláusula Terceira de ambos os contratos, com as alterações introduzidas pelo primeiro aditivo contratual celebrado em julho de 1997.

15.1. Os débitos, em valores históricos, imputados às empresas Quality e SMP&B podem ser assim resumidos:

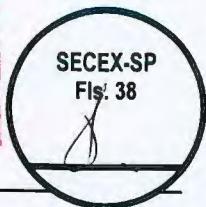
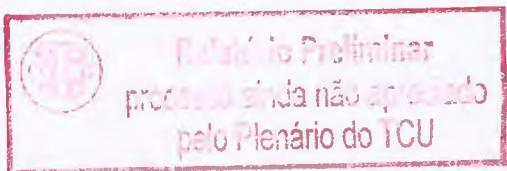
ocorrência	vlr histórico imputado à SMP&B	vlr histórico imputado à Quality
a) pagamentos de honorários de 10% sobre o custo de serviços necessários à estratégia de divulgação (serviços que geram veiculação), relacionados às fls. 618/619 e 621/622-vol. 3, em desacordo com a Cláusula Terceira, Parágrafo Primeiro, Inciso I, do I Termo Aditivo ao Contrato* (fls 562/565-vol.2)	R\$ 321.067,47	R\$ 53.280,75
b) pagamentos de honorários de 10% sobre o custo de serviços internos, relacionados às fls. 621 e 624-vol.3, em desacordo com a Cláusula Terceira, Parágrafo Primeiro, Inciso IV, do I Termo Aditivo ao Contrato (fls 562/565-vol.2)	R\$ 3.753,75	R\$ 6.930,00
c) pagamentos de honorários de 10% sobre o custo de serviços especiais (pesquisa, programação visual, promoção, etc.), relacionados às fls. 619/621 e 622/624-vol.3, em desacordo com a Cláusula Terceira, Parágrafo Primeiro, Inciso III, do I Termo Aditivo ao Contrato (fls 562/565-vol.2)	R\$ 329.755,70	R\$ 31.177,65
TOTAL	R\$ 654.576,92	R\$ 91.388,40

(*) o contrato acima referenciado é aquele celebrado com a SMP&B; o contrato celebrado com a Quality possui os mesmos termos e está acostado às fls. 571/591-vol.3.

16. ALEGAÇÕES DE DEFESA DA EMPRESA SMP&B:

16.1. Acerca desta questão, a SMP&B apresentou a seguinte contestação no bojo da Ação Civil Pública – Proc. 2002.61.00.008642-1, da 11ª Vara Cível Federal de São Paulo (v. fls. 3620/3621-vol.34), *in verbis*:

1096



Alega a inicial, equivocadamente, que a Fundacentro pagou indevidamente honorários às empresas vencedoras, ao arrepio das disposições estatuídas na cláusula 3ª de ambos os contratos, com as alterações introduzidas pelo 1º aditivo contratual celebrada em julho/97.

A ilegalidade que se pretende impingir à cobrança de honorários decorre de errada compreensão do objeto de prestação de serviços e à mecânica operacional de sua realização.

Para que incidisse 0% de honorários sobre serviços prestados, conforme se alega, mister seria que a contestante recebesse outras comissões, como por exemplo as referentes à veiculação de mídia publicitária como VTS, spots, anúncios em jornais e revistas, etc ...

São estes que proporcionam comissão à contestante, o que não ocorre com os serviços gráficos.

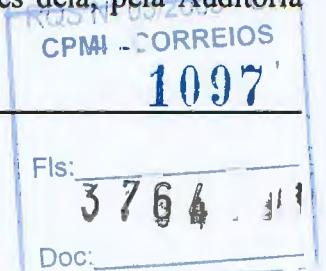
Nas circunstâncias específicas levantadas na auditagem da Fundacentro, todas as ações foram realizadas por terceiros, subcontratados pela SMP&B, como facultava o contrato, e eram necessárias ou essenciais à execução da estratégia de execução aprovada pela Fundacentro.

Assim, a cobrança de honorários sobre os serviços terceirizados é legítima e legal, estando alicerçada sem margem de erro de interpretação, na cláusula 3ª, parágrafo 1º, inc. II, do contrato, única cláusula a ser considerada na espécie.

A propósito, é de ficar consignado que tal estipulação consta desde o contrato inicial de prestação de serviços de publicidade e propaganda que a Fundacentro celebrou com a contestante e, ao contrário do que diz a inicial, em nada foi alterada pelo primeiro termo aditivo do contrato. (grifos do original)

17. ALEGAÇÕES DE DEFESA APRESENTADAS PELA EMPRESA QUALITY:

- 17.1. A empresa diz que, apesar da dubiedade das irregularidades de pagamento suscitadas pelo Relatório de Auditoria Especial, bem como da revisão e conclusão de natureza discutível adotada pela Comissão de Tomada de Contas Especial designada pela Portaria n.º 158/99, entendeu a Quality em encerrar a polêmica com a Fundacentro, oferecendo o resarcimento do valor apontado como de sua responsabilidade em mais de uma ocasião – através de compensação por serviços futuros – mas que não encontrou qualquer ressonância junto à Fundação (v. fls. 3357/3359 –vol.33).
- 17.2. A Quality diz que a ostensiva falta de vontade para dialogar e a indiferença da Diretoria da Administração e Finanças da Fundacentro na condução do assunto, obrigou aquela empresa a refletir sobre o caso, contestando diversos lançamentos consignados como irregulares pela Comissão de Tomada de Contas Especial e, antes dela, pela Auditoria Especial do Controle Interno (v. fls. 3374/3380-vol.33).





- 17.3. A empresa contesta a impugnação das despesas relacionadas às fls. 3375-vol.33, alegando que foram trabalhos que não geraram veiculação e, portanto, não estão enquadrados no item I do parágrafo primeiro da Cláusula Terceira do Contrato e sim no item II do parágrafo primeiro. Do valor do débito imputado pela TCE, R\$ 53.280,75, a empresa admite apenas o débito de R\$ 7.109,70.
- 17.4. Contesta, igualmente, a impugnação das despesas relacionadas às fls. 3376/3378-vol.33, alegando que os trabalhos estão enquadrados no item II, parágrafo primeiro da Cláusula Terceira do Contrato, pois são honorários de 10% sobre o custo comprovado de trabalhos executados por terceiros e que não geram veiculação, negando que se tratem de custos de serviços especiais.
- 17.5. Da mesma forma, a Quality contesta a impugnação das despesas relacionadas às fls. 3379-vol33, alegando que elas se referem a trabalhos realizados por terceiros devidamente aprovados pela Fundacentro. Os valores foram pagos, por intermédio da Quality, à empresa Dia Design.
- 17.6. Em suma, do valor impugnado, R\$ 91.388,40, a empresa contesta R\$ 80.072,95, admitindo, porém, o recebimento indevido de R\$ 11.315,45 (fls. 3367-vol.33).

18. PARECER / FUNDAMENTAÇÃO

18.1. Abordaremos conjuntamente as alegações de defesa das duas agências de publicidade, porquanto as controvérsias sobre os pagamentos indevidos de honorários, tanto em relação à SMP&B quanto em relação à Quality, giram em torno dos mesmos incisos I, II, III e IV da cláusula 3^a do 1º Termo Aditivo dos respectivos contratos. Esses dispositivos dispõem o seguinte, *in verbis*:

Pelos serviços prestados, a AGÊNCIA será remunerada, ainda, de acordo com a negociação realizada no processo licitatório, a saber:

- I) honorários de 0% (zero por cento) sobre o custo comprovado de trabalhos executados por terceiros e que sejam necessários à execução da estratégia de divulgação aprovada pela FUNDACENTRO, excluídos os trabalhos internos. Esses honorários serão calculados sobre o preço líquido, assim entendido o preço efetivamente faturado, dele excluído o valor dos impostos, e somente incidirão sobre serviços que proporcionem comissões à AGÊNCIA.
- II) honorários de 10% (dez por cento) sobre o custo comprovado de trabalhos executados por terceiros, a que se refere o item anterior, quando os serviços não proporcionem comissões de veiculação à AGÊNCIA.
- III) honorários de agenciamento de 0% (zero por cento) sobre o custo comprovado de serviços especiais de assessoria de imprensa, relações públicas, pesquisa, promoção, programação visual e outros necessários às atividades de comunicação da FUNDACENTRO.
- IV) descontos de 100% (cem por cento) sobre os custos internos, baseados na tabela do Sindicato de Agências de Propaganda da



sede da AGÊNCIA ou São Paulo, recaindo a escolha sobre a tabela que apresentar o menor preço.

- V) percentual máximo de 40% (quarenta por cento) sobre o custo comprovado de cachê original a ser pago, pela FUNDACENTRO, a atores e modelos, na reutilização de peças.
VI) percentual máximo de 30% (trinta por cento) sobre o custo comprovado do valor original de direitos autorais de obras consagradas, incorporadas a peças, a ser pago pela FUNDACENTRO, aos detentores desses direitos na reutilização das peças.

- 18.2. Deduz-se dos incisos I e II supra que incidiam honorários de 10% sobre os trabalhos executados por terceiros que não proporcionassem comissões de veiculação à Agência. É justamente isso que alegam as empresas de publicidade em relação aos pagamentos descritos na alínea “a”, ou seja, de que os honorários eram devidos porque eram relativos a serviços que não foram veiculados, sendo aplicável o inciso II. (fls 37)
- 18.3. Em relação aos honorários das alíneas “b” e “c” supra, as empresas responsáveis contestam suas impugnações alegando que não que se tratava de serviços especiais ou de custos internos, mas que foram trabalhos executados por terceiros e não veiculados, razão pela qual estão abrangidos também pelo Termo Aditivo I, cláusula primeira, parágrafo primeiro, inciso II.
- 18.4. Importante notar que os honorários foram considerados indevidos porque a Comissão de TCE da Fundacentro classificou a natureza dos serviços em um dos seguintes dispositivos contratuais: inciso I, inciso III ou inciso IV da cláusula terceira do contrato. E, para realizar tal classificação, aquela comissão deve ter-se instrumentalizado com os controles de execução de serviços estabelecidos pelo próprio contrato. Senão vejamos:
- 18.4.1. Pela cláusula quinta do contrato, os pagamentos somente seriam feitos mediante a apresentação pelas agências de publicidade das faturas dos veículos de comunicação e dos respectivos comprovantes de veiculação.
- 18.4.2. A cláusula nona preconiza que era de responsabilidade das agencias contratadas submeter à aprovação prévia da Fundacentro, através da Assessoria de Comunicação Social, mediante consulta prévia à Presidência, texto, *layout*, arte-final, roteiro e mapa de veiculação de qualquer anúncio, peça ou serviço de comunicação (inciso V), como também cabia às agencias apresentarem, mensalmente, à contratante, relatório dos serviços executados (inciso XIII).
- 18.4.3. A cláusula décima primeira diz que à contratante cabia acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato
- 18.5. Ocorre que a Comissão de Tomada de Contas Especial não logrou demonstrar a veiculação dos serviços referentes aos honorários impugnados na alínea “a” do item 15.1, tampouco demonstrou que os serviços descritos das alíneas “b” e “c” foram do tipo “especiais” (inciso III) ou “de custos internos” (inciso IV). Isto é, não constam dos autos nenhum dos controles supra que poderiam demonstrar a adequabilidade do enquadramento daqueles serviços nos incisos contratuais que não fariam jus a pagamentos de honorários.

1099



- 18.6. Por outro lado, é princípio do Direito de que a prova da alegação incumbe a quem a fizer (v. art. 156 do Código de Processo Penal).
- 18.7. Assim sendo, é forçoso concluir que, nesse tocante, os autos não estão plenamente saneados, sendo recomendável, para tanto, a realização de uma inspeção na Fundacentro com o objetivo de esclarecer a questão através do exame da documentação referente à execução dos contratos de publicidade.

19. DESCRIÇÃO DA IRREGULARIDADE:

A Auditoria Especial nº 032.606, do Controle Interno, apontou em seu relatório, às fls. 8 e 9 do vol. Principal, a ocorrência de superfaturamento na realização de despesas descritas nas notas fiscais abaixo elencadas:

nota fiscal	fornecedor	descrição do serviço ou produto	preço pago R(\$)	cotação no mercado R(\$)	valor superfatura do R(\$)
016705	Efeito Artes Gráficas e Editora ltda.	Fotolito para <i>folder</i> no formato 37x28 cm, com capa 4/4 cores, 25 lâminas 4/4 cores, mais fotolito de envelope 1/0 cores	22.000,00	3.750,00	18.250,00
016715 e 016720	Efeito Artes Gráficas e Editora ltda	Folder - 10.000 unidades - Impressão no formato 37x28 cm, sendo a capa 4/4 cores, papel couche 180g, 25 lâminas no formato 37 x 28 cm, 4/4 cores, papel couche 120g, mais envelopes prontos tipo saco no formato 22,9 x 32,4 cm, 1/0 cor, acabamento dobra e grampos.	92.000,00	35.000,00	57.000,00
000781	MAGNAPRINT	modificação de fotolito. 42 x 29,7 cm (aberto) 4/4 cores	50.797,00	520,00	50.277,00





000162	RBS Gráfica e Editora Itda	212.000 unidades - produção e impressão no formato 21 x 28 cm, 4/4 cores, papel couche 120 g.	137.426,20	66.000,00	71.426,20
		TOTAL			196.953,2

20. ALEGAÇÕES DE DEFESA DA EMPRESA SMP&B (fls. 3276 a 3287 do vol. 32):

20.1. Abaixo, os pontos mais relevantes da defesa, *in verbis*:

Neste item, nas busca das pseudas irregularidades, a CTC consultou como contraponto de preço apenas as empresas Fotograff e Charbel Como dito anteriormente, deveria a Comissão ter também conduzido a busca de contraprova com o mesmo rigor com que diligenciou as demais empresas Por que não o fez?

A título de exemplo sobre as dificuldades que cercam o setor gráfico e de esclarecimento sobre as eventualidades que podem ocorrer quando da busca imperfeita por informações nesta área, a SMP&B realizou diligência na Junta Comercial de São Paulo e esta, como se depreende nos documentos anexos, desvenda a posição de ambas as gráficas consultadas pela CTC e que, neste caso, ofereceram a contraprova para definir a irregularidade: a primeira empresa, Fotograf Fotolitos e Editora LTDA, simplesmente não existe nos registros da Jucesp. Já a Charbel Gráfica e Editora LTDA, com esta designação, também não consta como empresa registrada neste ramo de atividades, conforme documento da própria Jucesp.

[...]

A SMP&B informa que não tem qualquer referência sobre as empresas consultadas, para fins de contraprova no processo. Não descarta, por exemplo, a hipótese de que os nomes acima são marcas de fantasia e não a razão social das empresas consultadas. Ainda assim, a SMP&B registra a ocorrência, apenas com a finalidade de frisar os riscos decorrentes da análise superficial das circunstâncias dos levantamentos. Sobre as empresas consultadas pela CTC, a agência não sabe quem são; que tipo de portfólio apresentaram para servirem de contraponto de prova; qual a dimensão do seu maquinário gráfico e sua especificidade, valendo ressaltar que não há juntada de fotos, como se fez no caso das gráficas contratadas pela SMP&B SP, para se delimitar sua dimensão empresarial.

Não sabendo se as empresas estão habilitadas ao tipo de serviço especificado; se orçaram nas condições e no contexto de produção registrado naquele período; se o orçamento refletia as referências técnicas de volume, qualidade, preço, prazos, condições especiais de entrega do material. se o serviço seria realizado pelas próprias empresas ou se eventualmente, em função do alto volume de demandas próprias, geradas por outros clientes e outros negócios, poderiam terceirizar, através de parcerias, o conjunto do trabalho ou parte dele, como, ademais, é rotineiro no setor gráfico e de fotolitagem. dificilmente esta produção de



contraprova poderia ser exercitada no processo. no sentido de refletir a realidade do contexto de produção daquele período.

Estes e outros itens são, na avaliação da SMP&B, absolutamente fundamentais ao imprescindível balizamento das condições gerais de realização do serviço das contratadas pela SMP&B São Paulo naquele conturbado e curto período para a realização do evento, e que em nenhum momento são abordadas pela equipe de Tomada de Contas.

[...]

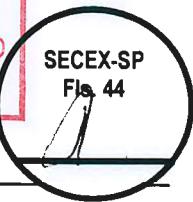
Não há qualquer documentação concreta nos processos, que possa permitir o mínimo de avaliação sobre a natureza da contraprova oferecida pela Fotograf e Charbel. Neste sentido, não há sequer o registro factual, documental, concreto, do orçamento destas empresas para a realização dos serviços; não há juntada de documentação, tais como Contrato Social, Certidão de Existência de Registro na Junta Comercial, fotos da existência física das mesmas, diligências que comprovem situação fiscal, capacidade para produzir o material , o que permite-nos pressupor que os membros da comissão realizaram, na verdade, uma mera consulta informal sobre o valor de determinada demanda, escolhendo aleatoriamente duas possíveis prestadoras de serviços, uma para cada item, se é que elas existem no mercado.

Além do registro das imprecisões do trabalho de contraprova da Comissão de Tomada de Contas, há vários outros equívocos registrados nos documentos burocráticos referentes à prestação de serviços da SMP&B, que podem ter sido gerados pelo atropelo na condução das ações de comunicação referentes ao próprio Congresso e, ainda, pelo notório subdimensionamento do setor responsável pelo monitoramento e operacionalização dos procedimentos administrativos da Fundacentro.

Senão vejamos:

A nota fiscal de número 16. 705, da empresa Efeito Artes Gráficas e Editora, foi cotado pela Ciset como "confecção de fotolito para folder e envelope", o que gerou uma inacreditável discrepância entre o preço cobrado e os preços praticados pelo mercado. Isso ocorreu, na verdade, porque a nota fiscal em foco referia-se a serviços de reimpressão do material gráfico e nunca à mera refaça do fotolito, ocorrendo, neste caso, um erro de preenchimento da nota fiscal. Ou seja: o preço na nota é , na verdade, o custo para uma nova impressão do folder envelope em questão, reimpressão esta determinada pela própria Fundacentro, para atender demanda do Congresso.

O mesmo acontece com a nota fiscal 00781, da empresa Magnaprint do Brasil Editora, cotada pela Ciset como mera confecção de fotolito, quando o correto era a cotação para nova impressão, também demandada pela Fundacentro. Não é mera coincidência, portanto, que o serviço inicial custou à Fundacentro R\$ 51.529,00 e a reimpressão R\$ 50.797,00, explicando-se ser a diferença entre os dois preços, o reaproveitamento do fotolito inicial.



21. PARECER / FUNDAMENTAÇÃO

- 21.1. Consoante a descrição da irregularidade em epígrafe, os indícios de superfaturamento foram apontados originalmente pela auditoria do Controle Interno (vide às fls. 8 e 9 do vol. Principal), cujas constatações são basicamente as informadas no quadro demonstrativo supra.
- 21.2. A Comissão de Tomada de Contas Especial e a Comissão Disciplinar, ambas da Fundacentro, apenas se limitaram a manter a acusação de superfaturamento constante do Relatório da Ciset, ou seja, não houve aprofundamento na apuração desta ocorrência. É de se supor que as referidas comissões focaram as suas investigações na apuração das demais irregularidades, tendo em vista, possivelmente, a materialidade bem mais relevante daquelas.
- 21.3. De forma que se faz necessário aquiescer à alegação da defesa de que “*Não há qualquer documentação concreta nos processos, que possa permitir o mínimo de avaliação sobre a natureza da contraprova oferecida pela Fotograf e Charbel*”. De fato, não constam dos autos os originais ou cópias das propostas comerciais das empresas Fotograff e Charbell, ou qualquer outro documento, que comprove os valores pesquisados. Não constam, também, informações sobre a localização das empresas pesquisadas, nem tampouco seus dados cadastrais - comerciais ou fiscais.
- 21.4. Outrossim, ressente-se o processo de uma análise comparativa dos produtos considerados superfaturados e daqueles cotados no mercado que pudesse demonstrar a existência de uma equivalência qualitativa, característica essa necessária para se legitimar a conclusão de superfaturamento.
- 21.5. Assim sendo, é forçoso concluir que, nesse tocante, os autos não estão plenamente saneados, sendo recomendável a realização de uma inspeção na Fundacentro com o objetivo de esclarecer esta questão através do exame da documentação referente à execução dos contratos de publicidade.

22. DESCRIÇÃO DA IRREGULARIDADE:

Pagamentos de despesas com publicidade sem a comprovação da entrega dos materiais ou da prestação efetiva dos serviços.

- 22.1. A Comissão de Tomada de Contas Especial, instaurada pela Portaria nº 158, de 05.08.1999 da Presidência da Fundacentro concluiu pela responsabilização solidária da empresa SMP&B e do Sr. Marco Antonio Seabra de Abreu Rocha, ex- Diretor Administrativo Financeiro da Fundacentro (v. fls. 616/625-vol.), pela realização de uma série de pagamentos relativos a fornecimento de serviços e materiais de publicidade, cujas prestações, contudo, não puderam ser comprovadas.



22.2. Com o propósito de apurar a responsabilidade funcional do ex – Diretor de Administração e Finanças, Senhor Marcos Antônio Seabra de Abreu Rocha, pelos fatos constantes da Tomada de Contas Especial supracitada, foi instaurado o Processo Administrativo Disciplinar, mediante a Portaria nº 020/2000, de 21/02/2000, da Presidência da Fundacentro. A Comissão Disciplinar chegou à mesma conclusão, ou seja, de que foram pagas despesas sem a devida comprovação da entrega (vide Relatório do Processo Administrativo Disciplinar, às fls. 545-vol.14 e segtes).

Notas fiscais sem comprovação da entrega dos serviços

Empresa fornecedora: **RBS Gráfica e Editora Ltda**

Nota fiscal	Fls.*	Quantidade	Produto	Valor (R\$)
000161	100	250.000	Conf e Impressão do Programa Técnico	142.386,00
000162	074	212.000	Confecção e Impr do Programa Técnico	137.426,20
000163	124	198.000	Confecção e Impr do Programa Técnico	113.170,00
000164	084	200.000	Confecção-Impressão de folheto	115.904,00
000165	091	210.000	Confecção-Impressão de folheto	136.291,00
000166	132	250.000	Confecção-Impressão de folheto	146.287,20
000167	108	205.000	Produção de Fascículo de “Proteção de Maquinas” ..	131.206,00
000168	116	190.000	Produção de Fascículo de “Proteção de Maquinas”	124.319,00
000170	140	215.000	Produção de Fascículo de “Proteção de Maquinas”	125.957,20
000174	164	90.000	Impr. folheto institucional	101.188,08
000175	152	120.000	Impr. folheto institucional	152.458,00
000176	159	105.000	Impr. folheto institucional	127.836,12

(*) folhas do vol. Principal

Empresa fornecedora: Gráfica Braga Ltda

Nota fiscal	Fls.*	Quantidade	Produto	Valor (R\$)
003010	210	98.100	Encartes nº 01 – em inglês	127.482,36
003011	203	112.700	Encartes nº 02 – em português	146.492,00
003012	196	90.450	Encartes nº 03 – em espanhol	117.507,84
003013	175	100.850	Encartes nº 01 – em inglês	130.960,00
003015	189	109.650	Encartes nº 02 – em português	142.526,37
003020	182	90.850	Encartes nº 03 – em espanhol	117.995,83

(*) folhas do vol. 1

Empresa fornecedora: **Image Solution Gráfica Editora Ltda**

Nota fiscal	Fls.*	Quantidade	Produto	Valor (R\$)
164	054	3.000.000	Encartes	322.510,02
206	064	400.000 jogo fotolito	Produção e impressão de folhetos "XV Congresso"	251.790,00

SisDir: 01055620031-X-X-X-010-556-2003-1 - Fundacentro - análise de citação INS 2005 SECEX-SP.DT-1 WILSONY.doc (Interno)

1104

Figs.

3764



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Controle Externo
Secretaria de Controle Externo - SP

Relatório Preliminar
 processo ainda não apreciado
 pelo Plenário do TCU

SECEX-SP
 Fls. 46

504	243	20.370	Impressão de Mala Direta em "inglês"	26.457,76
506	253	17.970	Impressão de Mala Direta em "português"	23.339,60
507	225	32.100	Encartes em "espanhol"	41.687,19
508	234	22.770	Encartes em "inglês"	29.577,31

(*) folhas dos vols. 1 e 2

Empresa fornecedora: Magnaprint do Brasil Editora Ltda

Nota fiscal	Fls.*	Quantidade	Produto	Valor (R\$)
775	046	185.000	Encartes nº 3 – reimpressão	51.529,78
781	038	01	Refação de Fotolito	50.797,00

(*) folhas do vol. 1

Empresa fornecedora: Topic Participações e Serviços Ltda.

Nota fiscal	Fls.	Quantidade	Produto	Valor (R\$)
000310	486		Prestação de serviços no Planejamento do XV Congresso Mundial — fase 1	112.300,00
000311	477		Prestação de serviços no Planejamento do XV Congresso Mundial — fase 2	112.356,00
000312	468		Prestação de serviços no Planejamento do XV Congresso Mundial — fase 3	112.519,03
000322	283		Execução e produção do XV Congresso — 1 ºfase	125.626,00
000323	274		Execução e produção do XV Congresso — 2 ºfase	134.452,00
000324	264		Execução e produção do XV Congresso — 3 ºfase	101.414,20
000325	291		Planejamento e coordenação do projeto Construção Civil	144.286,00
000326	300		Planejamento e coordenação do projeto para CIPA	124.714,00

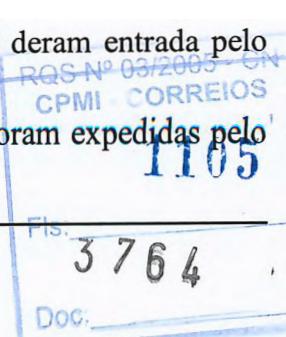
(*) folhas dos vols. 13 e 14

Total	4.102.749,09
--------------	---------------------

22.3. Tanto a Comissão de Tomada de Contas Especial quanto a Comissão Disciplinar apontam as seguintes provas e indícios das irregularidades supra:

22.3.1. Almoxarifado e o Setor de Serviços de Atividades Auxiliares responderam respectivamente (v. fls. 613-vol.3):

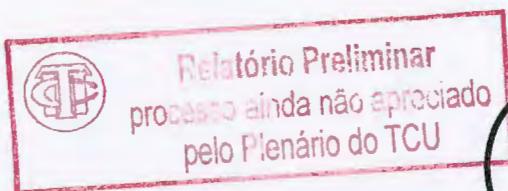
- a) que os materiais/serviços relacionados nas notas fiscais não deram entrada pelo Serviço de Almoxarifado;
- b) que as publicações constantes das notas fiscais citadas não foram expedidas pelo Serviço de Atividades Auxiliares.





- 22.3.2. O Chefe do Serviço de Almoxarifado confirmou esta informação em depoimento no Processo Disciplinar (v. fls. 544-vol.14).
- 22.3.3. Segundo a Comissão de TCE, a alegação da empresa SMP&B de que uma parte do material foi remetido para o Anhembi e o restante para a gráfica da Fundacentro não procede porquanto a realização do XV Congresso Mundial ocorreu no período de 08 a 18.04.1999, sendo que os materiais e/ou serviços foram atestados e ditos como recebidos no período de outubro de 1998 a janeiro de 1999.
- 22.3.4. A Sra. Marta Correa de Toledo Dias – Assessora da Presidência da Fundacentro – informou à Comissão de TCE que os materiais recebidos no Anhembi não coincidem com os relacionados nas notas fiscais acima descritos. Os materiais recebidos eram encartes nas pastas a serem distribuídos aos participantes do evento que não chegaram a três mil pessoas.
- 22.3.5. Ao averiguar o Setor Gráfico da Fundacentro, sito à Rua Mauro, 552, Bairro de Jabaquara, São Paulo-Capital, a Comissão de TCE não encontrou nenhum material correlacionado com as notas fiscais.
- 22.3.6. No que tange à irregularidade das despesas realizadas com a empresa Topic Participações e Serviços Ltda, a Comissão Disciplinar, às fls. 549-vol.14, informa que os serviços contratados objetivaram a elaboração de um planejamento estratégico para a realização do XV Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho. Ocorre que, para esse mesmo serviço, já havia sido contratada a empresa Casa de Marketing.
- 22.3.7. Essa mesma empresa, a Topic Participações e Serviços Ltda, foi contratada para a fase de execução do planejamento supracitado. Entretanto, a Comissão Disciplinar aponta, às fls. 548/551-vol.14, divergências de datas entre as datas de emissão de notas fiscais e de recebimentos – realizados pelo Sr. Marcos Antônio Seabra de Abreu Rocha - que configuram indícios de fraude nas transações. A Comissão Disciplinar indaga o seguinte: “Como pode o Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha atestar a realização e o recebimento dos serviços discriminados nas notas fiscais nº 000324, 000325, 000326 no dia 09/12/98 se esses documentos foram emitidos respectivamente em 11/12/98, 14/12/98 e 16/12/98”? A empresa SMP&B Comunicação Ltda, contratante da Topic Participação e Serviço Ltda, por sua vez, emitiu as notas fiscais nºs 013984, 013983, 013982 e 013980, no dia 07/12/98, recebendo honorários indevidos e pertinentes às notas fiscais já citadas, de emissão da Topic Participação e Serviço Ltda em 11/12/98.
- 22.4. As Comissões de TCE e Disciplinar apontam uma série de outras irregularidades, ou indícios, que corroboram a acusação de fornecimento fraudulento de serviços e materiais por fornecedores contratados pela SMP&B no âmbito do contrato de serviços de publicidade celebrado com a Fundacentro (vide quadro sintético abaixo).





SECEX-SP
fls. 48

FORNECEDOR	IRREGULARIDADES
RBS Gráfica e Editora Ltda	<ul style="list-style-type: none"> a) Despesas não autorizadas pela Presidência da Fundacentro (NF 170, fls. 939-vol.4). b) Utilização fraudulenta de fotocópias de autorizações de despesas da Presidência da Fundacentro (NF 167, fls. 941-vol.4). c) Utilização fraudulenta de autorização da Presidência da Fundacentro para a elaboração de folhetos institucionais para o XV Congresso Mundial. A autorização era para 10.000 peças e foi fraudada para permitir a elaboração de 315.000 peças (NF 174, 175 e 176, fls. 942-vol.4). d) Elaboração de 660.000 programas técnicos (NF 000161 a 000163), de 660.000 folhetos (NF 000164 a 000166) e de outros 610.000 folhetos (NF 000167 a 000170), todos para o XV Congresso Mundial que não teve mais do que 3.000 participantes.
Gráfica Braga Ltda	<ul style="list-style-type: none"> a) Serviço prestado em desacordo com a descrição da Nota Fiscal 3011, fls. 944-vol.4 (previa-se encartes com papel couche liso 120 g mas foi entregue em papel de 75 g, inferior ao descrito). b) As notas fiscais discriminam a elaboração de um total de 602.600 encartes. Ocorre que as notas fiscais e as estimativas de custos têm a mesma data – 15.01.99. A autorização da Presidência da Fundacentro data de 13.01.99, em fotocópia.
TOPIC Participações e Serviços Ltda	Utilização fraudulenta de autorizações de despesas da Presidência da Fundacentro, isto é, utilização de fotocópias de autorizações regulares na realização de outras despesas sem a prévia anuência formal da Presidência (NF 325 e 326, fls. 941-vol.4)
Image Solution Gráfica Editora Ltda	Alteração fraudulenta dos quantitativos de impressão de encartes fixados pela Presidência da Fundacentro. A autorização era para três mil encartes mas foram impressos três milhões de encartes (NF 164, fls. 942-vol.4).
Magnaprint do Brasil Editora Ltda	Despesa realizada sem prévia autorização do Presidente da Fundação (NF 775 e 781, fls. 939-vol.4). <i>RGS N° 03/2005 - CN CRMI CORREIOS</i>

1107



22.5. Além disso, a Comissão de Tomada de Contas Especial da Fundacentro procedeu a uma série de diligências com o fito de averiguar a operacionalidade das empresas fornecedoras supracitadas, constatando os seguintes indícios de irregularidade:

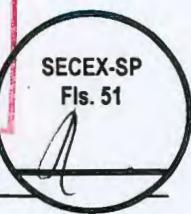
FORNECEDOR	SITUAÇÃO DA EMPRESA SEGUNDO A COMISSÃO DE TCE
RBS Gráfica e Editora Ltda	<p>A Comissão de TCE não logrou localizar a empresa RBS Gráfica e Editora Ltda. no endereço lançado em sua documentação fiscal. Segundo a proprietária do imóvel, o mesmo fora alugado à mencionada empresa gráfica, de responsabilidade do Sr. Juberto, tendo sido devolvido, meses após, por falta de pagamento (folhas 361-vol.1).</p> <p>A Chefia da Divisão de Fiscalização de Tributos da Secretaria Municipal de Finanças do Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, informou que a empresa RBS Gráfica e Editora Ltda. não se encontrava em atividade no município há pelo menos um ano (Ofício SMF/SEM/DF/DFI 002/99, de 22.09.1999, folhas 462-vol.2).</p>
Gráfica Braga Ltda	O Departamento de Rendas Mobiliárias da Secretaria Municipal da Fazenda de Belo Horizonte informou que a empresa encontra-se cadastrada na municipalidade, sendo autêntica a Autorização para Impressão de Documentos Fiscais n.º 0027194/98, de 28.10.1998, constante das notas fiscais emitidas contra a FUNDACENTRO. Não obstante, o fisco municipal informa que examinando as vias fixas apresentadas pela empresa constatou que os mencionados documentos fiscais (Notas 003010, 003011, 003012, 003013, 003015 e 003020) foram emitidos contra empresa diversa da FUNDACENTRO, em valores e datas diferentes dos lançados nos mesmos (documentos folhas 381-vol.1).





TOPIC Participações e Serviços Ltda.	<p>A empresa não é do ramo dos serviços necessários ao planejamento do XV Congresso, conforme verifica-se pelo objeto social registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. A TOPIC apresenta como objeto social a prestação de serviços nas áreas: “contábeis, estatístico e cálculos em trabalhos matemáticos, desenvolvimento de projetos organizacionais para empresas”. O capital social registrado em 30.01.1996 é da ordem de R\$ 4.000,00, sendo a sociedade composta por dois sócios: Sr. Antônio Francisco de Carvalho e Sr. Joaquim Raspante Tavares (folhas 374-vol.13).</p> <p>A Comissão Disciplinar, em diligência efetuada em Belo Horizonte – MG constatou (v. fls. 526-vol.14) que a Topic está localizada na Av. Afonso Pena nº 941, sala 1508, 15º andar, em uma sala medindo aproximadamente 7m², contendo um computador, um fax, uma mesa e prateleiras, tendo como atividade a prestação de serviços contábeis – segundo informação prestada pelo Sr. Joaquim Raspante Tavares, sócio proprietário que atendeu o diligenciador. Indagado se os serviços constantes nas notas fiscais foram realizados pela firma respondeu que “devem ter sido feitos pelo outro sócio”.</p>
Image Solution Gráfica Editora Ltda.	<p>Os membros da Comissão de Tomada de Contas Especial, mediante diligência realizada em 17/08/1999, constataram que a mencionada empresa não mais se encontrava instalada em nenhum dos dois endereços constantes das Notas Fiscais emitidas contra a FUNDACENTRO (folhas 322-vol.1). Em seu relatório, a Comissão informa não ter conseguido localizar o novo endereço da mesma.</p> <p>O imóvel localizado na Rua Larival Gea Sanches, 170 – Água Fria, edifício com três andares, encontrava-se desocupado a mais de um ano. Conforme conversas com vizinhos o imóvel era de propriedade do Sr. Motti (fotos folhas 324 – vol.1).</p> <p>O imóvel localizado a Avenida Franklin do Amaral, nº 1017, Vila Nova Cachoeirinha, um edifício com três andares, também se encontrava desocupado, tendo a empresa dele se retirado a mais de um ano, conforme informe o proprietário-locador (fotos folhas 324 –vol.1).</p>

22.6. A cláusula terceira, parágrafo terceiro, dos contratos formalizados com as agências de publicidade exigia a apresentação mínima de três orçamentos para cada serviço contratado pelas agências, de forma a comprovar-se a seleção do serviço com menor custo (v. fls. 550-vol.2). Ocorre que foram constatadas diversas irregularidades concernentes às empresas que “concorreram” pelo direito de fornecer serviços e materiais referentes às despesas impugnadas supramencionadas (vide quadro abaixo). A **constatação desses fatos, segundo as Comissões de TCE e Disciplinar, corrobora a acusação de fraude nas contratações celebradas pela SMP&B.**



Empresas que disputaram o fornecimento de serviços (não contratadas pela SMP&B, em razão dos preços)	INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES
COLMEIAGRAF LITOGRÁFIA LTDA v. fls. 229,238,248,258 – vol. Principal	A Comissão de TCE constatou que encontra-se desocupado, a pelo menos dois anos, o imóvel localizado no endereço constante nos orçamentos oferecidos à FUNDACENTRO pela empresa COLMEIAGRAF, conforme informado pelo vigilante (fls. 326-vol. Principal).
GRÁFICA E EDITORA FUTURA LTDA v. fls.230,239,247,257-vol. Principal	A Comissão de TCE encontrou, no endereço constante nos orçamentos oferecidos pela empresa Futura, um pequeno salão comercial, no qual funcionava a empresa MULTIPREX COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA., de propriedade do mesmo Sr. Motti, proprietário do imóvel da empresa IMAGE SOLUTION GRÁFICA EDITORA LTDA (v. fls.325 –vol. Principal).
LISIANTHUS ORGANIZAÇÃO LTDA	<p>Esta empresa e a Tulipa (vide abaixo) apresentaram orçamentos, que disputaram com o da empresa Topic Participações e Serviços Ltda, para o fornecimento dos serviços de planejamento do XV Congresso Mundial. Segundo a Comissão Disciplinar (NF 000310, 000311 e 000312), às fls. 550-vol.14, de forma bastante suspeita, as empresas Topic e Tulipa remeteram os seus orçamentos através do mesmo fax (031 – 241.1763).</p> <p>Ocorre que não se encontra registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (folhas 372/373-vol.13), bem como não foi localizado seu registro nos Cartórios de Registro de Pessoa Jurídica, conforme Termo de Diligência (fls. 375/376-vol.13).</p> <p>O Departamento de Rendas Mobiliárias da Secretaria Municipal da Fazenda de Belo Horizonte informou, em 25.04.2000, que a empresa Lisianthus Organização Ltda. não se encontrava inscrita no município.</p>
TULIPA ASSESSORIA E PLANEJAMENTO COMERCIAL LTDA	<p>Segundo a Comissão Disciplinar, às fls. 550-vol.14, de forma bastante suspeita, as empresas Topic e Tulipa remeteram os seus orçamentos através do mesmo fax(031 – 241.1763). para concorreram aos serviços descritos nas NF 000310, 000311 e 000312). Além disso, a remessa dos orçamentos via fax, em 25/11/98, foi posterior às datas de emissão das referidas notas fiscais.</p> <p>A Comissão de Disciplinar também apurou que a empresa Tulipa Assessoria e Planejamento Comercial Ltda., constituída em 21.08.1992, tem por finalidade as atividades de comércio varejista de informática, peças e acessórios, confecção de roupas, papelaria, comércio de papel, papelão, cartolina, cartão e seus artefatos, artigos</p>



	<p>escolares e de escritório; serviço de escritório, jurídico, contábil, auditoria, assessoria técnica e financeira, levantamento estatístico e pesquisa de mercado. Compõem a sociedade, os sócios Alceu Monteiro Carvalho Neto – CPF 735.448.766-94, Lúcia Nazaré Carvalho – CPF 573.469.766-49 e Maria das Dores – CPF 221.410.306-68 (Certidão da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – fls. 369-vol.13).</p> <p>O Departamento de Rendas Mobiliárias da Secretaria Municipal da Fazenda de Belo Horizonte informou que a empresa encontra-se em atividade normal, tendo recolhido o ISSQN para os meses de fevereiro a maio, agosto a dezembro/1993; janeiro, fevereiro e setembro/1994; novembro de 1995. O fisco informa que a empresa recolheu a Taxa de Fiscalização e Funcionamento para os anos de 1992 a 1999, e tem autorização para emissão de notas fiscais. A empresa está sujeita ao lançamento por homologação, e não existe ação fiscal instaurada contra a mesma não sendo possível informar a ocorrência de irregularidades tributária no recolhimento do tributo (fls. 393/394-vol.13).</p>
<ul style="list-style-type: none">- EDITORA GRAFFAR- PERGAMINHO EDITORA GRÁFICA	Os orçamentos apresentados por estas empresas não continham endereço, telefone e, em grande parte, não estavam assinados (vide fls. 79-79, 87-88, 95-96, 103-104, 111-112, 119-120, 127-128, 135-136, 141-142, 149-150, 157-158, 167-168, 178-179, 185, 192, 199, 206 e 214-vol. Principal e vol. 1).

23. ALEGAÇÕES DE DEFESA DA EMPRESA SMP&B:

23.1. A SMP&B contesta a acusação de que o Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha, ex-Diretor Administrativo e Financeiro da Fundacentro, agindo em conluio com a empresa SMP&B, atestou falsamente a realização de dezenas de serviços não efetivamente comprovados e anuiu com a apresentação de orçamentos forjados, bem como se utilizou indevidamente de autorizações de serviços, de molde a propiciar o enriquecimento ilegal obtido, em detrimento do erário (v. fls. 3579-vol.34). Transcrevemos, *in verbis*, trecho da contestação apresentada pela SMP&B na da Ação Civil Pública nº 2002.61.00.008642-1, às fls. 3627 do vol. 34:

Ainda com relação ao aludido congresso mundial, ficou demonstrado pelo depoimento prestado por Humberto Carlos Parro, no processo administrativo disciplinar nº 206/2000, que foi criada uma Secretaria Executiva para dar suporte logístico e operacional ao mesmo, da qual faziam parte todo corpo diretivo da Fundacentro, sendo que Marco Antonio Seabra, tinha como atribuição nessa Secretaria a organização e administração financeira das despesas para o Congresso. (fls. 1659/1660)

Sendo assim, todos os procedimentos dos contestantes em relação a tal congresso foi de acordo com a orientação e autorização de Marco Antonio porque à ele foi atribuída tal função.



Nessas condições, é incogitável falar-se no conluio entre os representantes das empresas publicitárias e os dirigentes da Fundacentro a que alude a inicial, pela inocorrência das duas únicas ações a que se refere a lei quais sejam "induzir" ou "concorrer".

Em verdade, os contestantes estavam presos à um contrato administrativo que lhes impunha obrigações e as quais não poderiam fugir, sob pena de serem considerados inadimplentes, com as graves consequências decorrentes da inexecução contratual como responsabilidade civil, administrativa, suspensão provisória e declaração de inidoneidade.

- 23.2. Quanto à utilização de fotocópias de documentos autorizativos de outras demandas e portanto que não possuíam autorização própria da Presidência e sim do Diretor do Administrativo e Finanças, a SMP&B alega que o próprio Presidente, à época, mencionava a delegação da ordenação de despesas ao então Diretor de Administração e Finanças. Transcrevemos, *in verbis*, a defesa de fls. 304 -vol.34:

A acusação não procede e a defesa da agência está assentada no próprio depoimento do senhor presidente da Fundacentro, que conforme folha 595, subitem 5, diz textualmente "Entendemos que realmente falhamos ao não procedermos à indicação formal de um servidor para acompanhar a execução do contrato de propaganda. Entretanto, em nosso entendimento, a Portaria que delega a ordenação de despesas ao Diretor de Administração e Finanças permite a gerência do contrato pelo referido diretor ou por quem fosse por ele subdelegado".

Ora, se o próprio presidente informa sobre a competência do diretor do Daf para tomar as decisões necessárias, inclusive autorizar despesas referentes ao contrato de propaganda, reconhecendo como falha da instituição a falta de um acompanhamento mais pontual sobre o desenvolvimento da prestação de serviços decorrente do mesmo, a SMP&B não vê como esta pode ser considerada uma irregularidade. Pelo contrário, considera que todas as ações decididas pelo diretor do Daf, naquele momento, estavam perfeitamente cobertas pelas lei e pelas diretrizes administrativas da alta direção da Fundacentro. (grifos do original)

- 23.3. Ainda sobre a não comprovação da prestação efetiva dos serviços, a SMP&B diz, às fls. 303-vol.16, que o Congresso utilizou mais de 6 milhões peças administrativas, promocionais e técnicas e que parte desse material ainda se encontrava nas unidades regionais da Fundacentro para ampla distribuição. E mais, que a empresa Onda Promoções foi a responsável pela distribuição do material informativo-promocional a milhares de canteiros de obras, fábricas etc. A SMP&B apresentou no anexo 06 da defesa que encaminhou à Comissão de Tomada de Contas Especial, os relatórios de distribuição de peças gráficas no exterior, às fls. 196 a 226-vol.16, e no Brasil, às fls. 227 a 230-vol. 16. De acordo com tais relatórios, foram distribuídos 1.740.490 encartes no Exterior e 4.601.320 encartes no Brasil. Encontra-se anexada aos autos uma extensa relação de empresas que, supomos, sejam as destinatárias dos encartes descritos nas notas fiscais das despesas impugnadas. Tal relação inicia-se às fls. 319-vol. 16 e prossegue pelos vols. 17 a 27, preenchendo 11 volumes. Por fim, nos vols. 28 a 31, a empresa fez juntar diversos materiais gráficos relacionados ao XV Congresso Mundial.



23.4. Transcrevemos, *in verbis*, a defesa de fls. 303 -vol. 16:

O Congresso utilizou mais de 6 milhões de peças administrativas, promocionais e técnicas, objeto de distribuição direta e indireta, e que parte ainda hoje se encontra nas unidades regionais da Fundacentro, para ampla distribuição, podendo ser, se necessário, solicitadas para conferência ou confirmação. Portanto, realizou-se uma estratégia de distribuição literalmente gigantesca e extremamente complexa. Os documentos sobre a distribuição do material produzido estão disponíveis no anexo 06 desta defesa.

Há que se esclarecer, de pronto, neste item, que a empresa "Onda Promoções" (portfólio referente anexado) altamente especializada em distribuição de grandes quantitativos promocionais, foi a responsável pela distribuição do material informativo-promocional. Anexamos o currículum e o portfólio da empresa para comprovar concretamente sua experiência e competência no desenvolvimento da missão de altos contingentes de peças gráficas.

Em resumo, a "Onda" fez chegar a milhares de canteiros de obras, fábricas e núcleos administrativos, na maioria dos Estados brasileiros, peças publicitárias, de caráter essencialmente técnico, abordando os principais aspectos dirigidos ao conceito de segurança no trabalho, no desenvolvimento da etapa de comunicação via marketing direto realizada para a instituição Fundacentro.

Parte das peças foi ainda distribuída aleatoriamente, para os tradicionais públicos formadores de opinião, como autoridades governamentais, empresários, jornalistas, etc. E em pontos definidos como de potencial interlocução para a Fundacentro, na cidade de São Paulo.

Como era imprescindível para um Congresso de caráter mundial, grande contingente de peças promocionais, estas sim visando induzir a participação de delegações e representação de diversos países no Congresso, foi produzida e distribuída em vários idiomas, conforme se pode confirmar com as peças e o plano de distribuição geral das mesmas anexadas neste item.

23.5. No que concerne às acusações de alteração dos volumes de peças gráficas autorizadas, a empresa alega que os três milhões de folhetos não se destinavam aos participantes do Congresso, mas tratavam-se de folhetos educativos (1,5 milhão de folhetos para a Construção Civil e 1,5 milhão acerca de LER), distribuídos pela empresa Onda Promoções que fez chegar a milhares de canteiros de obras, fábricas e núcleos administrativos na maioria dos Estados brasileiros peças publicitárias de caráter essencialmente técnico. Transcrevemos, *in verbis*, defesa de fls. 300 a 303-vol.16:

Em nenhum momento a SMP&B aceita a versão de que houve adulteração das autorizações para a produção de encartes confeccionados pela gráfica Image Solution de 3 mil para 3 milhões de folhetos

[...]

Conforme se apurou, o erro verificado está na autorização de produção e não na nota fiscal nº 164, onde consta a confecção de três milhões de folhetos (aqui também chamados equivocadamente de "encartes").



[...]

O “estranhamento” dos membros da CTC deriva de uma avaliação equivocada da natureza e missão das peças. Os folhetos educativos nunca tiveram como alvo de mercado a indução de participação no Congresso. Mais uma vez repetimos, para que não fiquem dúvidas, eram peças técnicas para o desenvolvimento de relacionamento com os públicos preferenciais. A pergunta seguinte também é óbvia: Qual é a dimensão do público alvo formado pelos trabalhadores na construção civil, na indústria e nas atividades meio, de apoio administrativo em todo o Brasil ?

O que dizer, então, sobre as necessidades de produção tendo em vista a cobertura de um target que incluía esses trabalhadores em praticamente todos os Estados brasileiros ? Como seria tecnicamente possível fazer chegar a iniciativa a tantos públicos-alvo, a tantos mercados potenciais, com apenas três mil folhetos? Apenas a título de demonstração da dimensão do desafio de comunicação da Fundacentro e de sua agência, a SMP&B São Paulo resumimos uma visão superficial sobre o mercado interno imediato da Fundacentro e do Congresso Mundial: apenas em um único setor, de um dos targets preferenciais (o da construção civil) havia, no Brasil de 1999, mais de 300 grandes obras em andamento em todo o País, sem contar as obras de pequeno e médio porte, estas certamente dimensionadas em milhões, com centenas de milhares de trabalhadores envolvidos diretamente nelas.

[...]

Os 3 milhões de folhetos foram produzidos para atender duas grandes áreas, as mais problemáticas sob o ponto de vista da medicina e segurança do trabalho, quais sejam, a da construção civil e a área de lesões por esforço repetitivo.

Neste sentido, realizamos a seguinte produção:

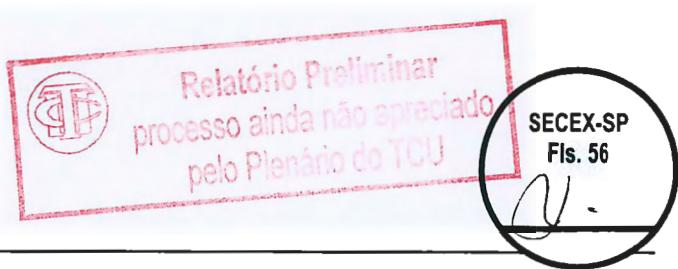
- a) — 1,5 milhão de folhetos "Construção civil"
- b) — 1,5 milhão de folhetos "LER".

23.6. A SMP&B, na sua contestação, às fls. 3622-3623-vol.34, contra a Ação Civil Pública nº 2002.61.00.008642-1, de autoria do Ministério Público, no que tange às irregularidades relativas aos quantitativos de peças gráficas, diz:

23.6.1. Que a acusação de que foram pagas 6.188.000 peças publicitárias sem a efetiva comprovação da confecção das peças é absurda e fora de propósito. Por exemplo, do fascículo nº 3, sobre prevenção de acidentes no Trabalho com Agrotóxicos, para serem encartados em mídia dirigida e distribuída nominalmente foram impressos 5 milhões de exemplares. Os fascículos foram encartados nos maiores jornais de todo o País em data bem anterior àquela em que se realizou o precitado Congresso. O mesmo ocorreu com relação a outros fascículos.

23.6.2. Que não obstante terem sido produzidos em outras épocas e com outra finalidade, tais fascículos já continham o logotipo do Congresso em questão, do qual faziam, com antecedência, sua divulgação. Certo é ainda, que para atender demandas chegadas à Fundacentro após a veiculação dos fascículos na mídia, a reimpressão de outros foi autorizada e feita.





- 23.6.3. Que toda a confecção e a distribuição dessas peças publicitárias obedeceram a critérios prévios estabelecidos em plano de estratégia de comunicação elaborado pela Topic Participações e aprovado pela Fundacentro.
- 23.6.4. Que a distribuição desses fascículos também se fez para todo País pela empresa Onda – ND Produção e Publicidade, às expensas da contestante e sem nenhum ônus para a Fundacentro.
- 23.6.5. Que a Fundacentro e o Ministério do Trabalho e Emprego firmaram um convênio, posteriormente, para produção de 7 milhões de fascículos para divulgar as ações conjuntas relativas à saúde e segurança de trabalho, o que comprova que os encartes feitos pelos contestantes não foram em número exagerado.
- 23.7. A SMP&B afirma na contestação da Ação Civil Pública, às fls. 3623-vol.34, que a distribuição dos fascículos se fez para todo o País pela empresa Onda – ND Produção e Publicidade, às expensas da contestante e sem ônus para a Fundacentro – ou seja, os custos foram arcados pela própria SMP&B. Ainda no bojo da Ação Civil Pública, a SMP&B afirma, às fls. 3626, dispor de vias de conhecimentos aéreos de embarques relativos a mercadorias enviadas a vários destinos no ano de 1999, efetuados pela SMP&B. Essas mercadorias, segundo aquela empresa, consistiam em material impresso (*folders*, convites, programação técnica etc.) que foram enviados com finalidade de promover a Fundacentro e o Brasil junto ao XV Congresso Mundial de Saúde e Segurança no Trabalho, na quantidade estabelecida pela Topic. Os destinos foram: Montevideo, Santiago do Chile, Buenos Aires, México, Miami, New York, Los Angeles, Toronto, Frankfurt, Paris e Milão.
- 23.8. Combatendo as acusações de que o material não deu entrada no estoque da Fundacentro, a SMP&B observa a falta de estrutura para estocagem de grande volume de material. Lembra que o almoxarifado da Entidade contava com apenas um único servidor. Transcrevemos, *in verbis*, a defesa de fls. 305 e 306-vol.16:

Na hipótese absurda de confecção de serviços não autorizados, é evidente que a agência seria responsabilizada financeiramente junto aos fornecedores que prestaram tais serviços, situação, aliás, que não se configura em nenhuma etapa dos trabalhos visando o Congresso e o reforço de imagem da Fundacentro.

A título de confirmação da produção, anexamos exemplar dos folhetos produzidos, que ainda estavam disponíveis em nossos arquivos.

Complementarmente e finalizando este item, relembramos que:

- Era rotina na Fundacentro evitar a estocagem de grande volume de material, em função de não possuir uma estrutura adequada para tal finalidade;*
- O material chegou efetivamente à Fundacentro, que, no entanto, não pôde recebê-lo em sua totalidade. Haja vista inclusive os depoimentos que comprovam a presença de peças nos corredores, em função da falta de espaço;*
- O controle efetivo de grandes contingentes de materiais é uma tarefa impossível, na medida em que o almoxarifado só tem um único servidor.*



Sobre a distribuição do material produzido

Na prática, o composto de marketing direto executado obedeceu critérios prévios estabelecidos em Plano de Estratégia de Comunicação confeccionado pela Topic Participações.

- 23.9. Sobre a proximidade das datas entre autorização e emissão das notas fiscais por parte da Fundacentro, a SMP&B diz que os serviços já haviam sido confeccionados, por conta e risco da agência, com antecedência, em função da proximidade do fim do exercício administrativo de 98 e da disponibilidade de recursos programados para as ações de comunicação, que já estavam previstas e eram absolutamente necessárias ao sucesso do evento.
- 23.10. Com relação às irregularidades constitucionais e operacionais das empresas fornecedoras subcontratadas, a SMP&B tece as seguintes considerações abaixo.
- 23.11. **Image Solution:** esta empresa encontra-se regularmente inscrita no Sicaf – Cadastro Nacional de Prestadores de Serviços ao Governo. Transcrevemos, *in verbis*, defesa de fls. 3292 do vol.32:

Verificando a documentação de arquivo de sua filial São Paulo, a SMP&B constatou que a empresa Imagem Solution encontra-se regularmente inscrita no Sicaf – Cadastro Nacional de Prestadores de Serviços ao Governo. Por consequência, não há o que se discutir sob o ponto de vista da habilitação da mesma como possível prestadora de serviços. Acredita a SMP&B que, nesta posição, a empresa estava, como está ainda hoje, legalmente disponível para a prestação de serviços regulares a qualquer agente público.

Neste sentido, a SMP&B desconhecia e ainda desconhece qualquer fato ou indício que a desabone como empresa legalmente constituída e disponível para atuar no mercado, tendo, para tanto, inclusive o aval da instância pública responsável pelo monitoramento da regularidade e capacidade mercadológica da empresa. Portanto, sobre ela, nada temos a acrescentar que o óbvio demonstrado cristalinamente pelos próprios documentos do Governo.

- 23.12. **Gráfica Braga:** esta empresa existe e está regularmente inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda, Prefeitura de Belo Horizonte e demais órgãos. Contesta a divergência de valores entre as vias das notas fiscais e anexa, às fls. 3304-vol.32, cópia do Livro de Registro de Entradas da Gráfica. Transcrevemos, *in verbis*, defesa de fls. 3292 do vol.32 :

Alega-se que há divergências entre as primeiras vias das notas remetidas à Fundacentro e as vias fixas do bloco, conforme atesta a PBH, ocasionando o pseudo crime tributário.

Tal delito não se configura, uma vez que consta no livro de prestação de serviços, documento legal confirmatório de atuação da empresa, valores idênticos aos das notas emitidas contra a Fundacentro.

Registramos que, quando da diligência da Comissão em Belo Horizonte, deveria a mesma ter intimado a SMP&B a acompanhar tal diligência, com o fim de esclarecer e documentar, com documentos fiscais próprios e válidos, como se anexa agora – cópia autenticada do livro de prestação de serviços onde seria



possível constatar a regularidade dos serviços prestados e os valores nele lançados em contrapartida aos serviços prestados a SMP&B São Paulo, para a Fundacentro. Valores, aliás, idênticos aos das notas emitidas contra a Fundacentro (documento de escrituração que anexamos neste item da defesa).

Quanto ao recolhimento ou não do tributo referente aos serviços prestados em nada pode se responsabilizar a SMP&B, entretanto, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, realizou fiscalização na Gráfica Braga, mas uma prova de sua existência, tendo a empresa ora defendente obtido prova da defesa da mesma, onde confessa que executou os serviços entregou os mesmos e recebeu os valores constantes nas notas fiscais emitidas para FUNDACENTRO.

A existência da Gráfica Braga está literalmente comprovada como prestadora de serviço regular no próprio processo, na medida em que os levantamentos da Comissão de Tomada de Contas apontaram diferenças entre o material contratado e o material efetivamente entregue, no que diz respeito à qualidade do papel usado para a impressão (questão referente à nota fiscal número 003011, encartes em português, onde se deveria usar papel para impressão couchê liso. 120 g e a peça apresentada estava impressa no papel Ap 75 g, de qualidade inferior) processo 075/762/99- Relatório Ciset/ folhas 290/762/99". Ora, como a gráfica poderia não existir, se sua produção foi efetivada e entregue, tanto que é, hoje, motivo de reclamação por parte da Fundacentro?

A SMP&B aproveita esta oportunidade, inclusive para esclarecer a própria reclamação anotada no processo, como irregularidade ou "inconsistência dos serviços prestados".

Na verificação da documentação arquivada, a agência constata a total adequação entre o material solicitado, produzido e relacionado na nota fiscal, não registrando nenhum tipo de discrepância técnica sobre a natureza do mesmo

Assim sendo, a SMP&B considera perfeitamente regular e adequado o material produzido e relacionado na nota fiscal 003011. Como possibilidade de esclarecimento para o fato anotado pela CTC, a agência levanta a possibilidade de ter sido enviado à Fundacentro unidades impressas em outro material, que normalmente são confeccionadas a título de teste preparatório para impressão definitiva.

Em decorrência dos grandes contingentes de impressos em produção naquele período, a SMP&B não descarta a hipótese de ter se misturado ao reparte contratado algumas destas unidades, o que, na sua avaliação, não contradiz a nota fiscal referente nem tampouco pode ser elemento definidor de inconsistência do serviço contratado, ou de anotação de irregularidade, na medida em que o serviço contratado foi entregue em sua integralidade, de acordo com as características especificadas.

23.13. RBS Gráfica e Editora: o serviço foi executado e entregue. A SMP&B jamais se preocupou em “auditar” as circunstâncias empresariais do fornecedor. Transcrevemos, in verbis, defesa de fls. 3294-vol. 32:



O serviço foi executado, entregue e pago regularmente. A partir deste momento, cessa em definitivo a relação entre a agência e o terceirizado.

Nestas condições não há obrigatoriedade da agência verificar endereço constante das notas fiscais, autorizações das mesmas, lançamentos contábeis e muito menos o recolhimento de tributos, haja vista que este é, como manda a lei, objeto de sigilo fiscal, cabendo tão somente exame por parte do fisco.

A SMP&B, portanto, jamais se preocupou em “auditar” as circunstâncias empresariais do fornecedor. A ela interessava tão somente verificar:

- Se o orçamento vencedor era o de menor preço, conforme obriga a lei, o que se constata.*
- Se o serviço foi executado adequadamente, sob o ponto de vista da qualidade técnica, prazos, o que se constata e será objeto de análise em item próprio.*
- Se o serviço executado e entregue foi pago nas condições contratadas o que também se constata na documentação.*

Portanto, quer a SMP&B reafirmar sua postura de rigor naqueles itens que lhe competia verificar e atestar, o que foi plenamente consumado, conforme inclusive esta defesa vai reiterar no decorrer de suas páginas.

O principal foco do contraditório reside no fato de as acusações apontarem para a inexistência das gráficas, o que seria elemento decisivo para a impossibilidade de entrega do material promocional contratado. Aliás, da própria lavra da CTC, às folha 360 – item III, afirma que : "Fomos informados, na ocasião , pelo chefe de fiscalização, que no corrente ano, foi realizada fiscalização, na citada empresa – RBS Gráfica e Editora (grifo nosso) Ora, se a empresa inexistente, como poderia ter sido fiscalizada ?

23.14. Topic Participações e Serviços Ltda: a SMP&B diz que não procede a alegação de que esta empresa foi contratada para executar o mesmo serviço anteriormente contratado com a empresa Casa de Marketing e contesta, às fls. 3567-vol.34, a acusação feita pelo Ministério Público Federal, na Ação Civil Pública retromencionada, de que a Fundacentro pagou por três vezes o mesmo serviço de execução de planejamento estratégico do XV Congresso. Transcrevemos, *in verbis*, defesa de fls. 3629-vol. 34:

[...] não procede a alegação de que o mesmo serviço de elaboração de planejamento estratégico para a realização do XV Congresso Mundial tivesse sido pago três vezes, uma para a empresa Casa de Marketing e duas para a Topic Participação e Serviços Ltda.

A primeira foi contratada só pela Quality para fazer serviços de responsabilidade dessa empresa. Com relação a Topic, os serviços por ela prestados se desdobraram em duas fases bem distintas, quais sejam, o planejamento e a execução do referido Congresso.

Assim sendo, os serviços prestados por essas duas empresas foram diferentes e não o mesmo.





23.15. Relativamente às irregularidades concernentes aos serviços da Topic, a SMP&B observa que aquela empresa fora contratada para ampliar a visibilidade e qualificar a imagem de uma instituição literalmente desconhecida – Fundacentro – aproveitando a rara oportunidade gerada pela realização de um evento de porte internacional, como era o XV Congresso Mundial naquela conjuntura. Porém não é correto afirmar que todas as ações desenvolvidas no período estivessem no escopo das ações diretas voltadas para o evento. Transcrevemos, *in verbis*, a defesa de fls. 134 a 140-vol.15:

[...]

Retornando, agora, ao cenário de 1997, preparatório para a realização do evento Congresso Mundial é que chegamos às ações de comunicação que foram planejadas e desenvolvidas justamente neste período que antecedia a Conferência Internacional no Brasil, visando reposicionar e fortalecer a imagem, o conceito, os valores, a importância do arco de prestação de serviços da instituição Fundacentro. E, ao mesmo tempo, desenvolver prestação de serviços tão legítima e necessária.

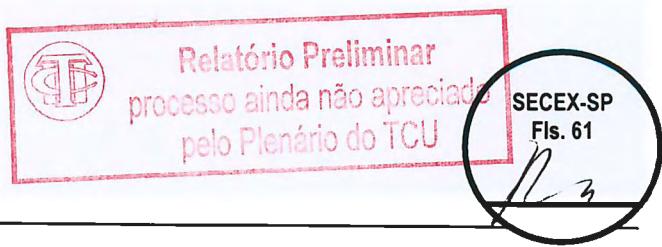
O desenvolvimento desta linha atendia basicamente as recomendações do governo e da própria direção da Fundacentro. Neste sentido, a SMP&B São Paulo foi autorizada a iniciar um trabalho paralelo aos esforços dirigidos diretamente à realização do evento e que teriam a missão de repertoriar e qualificar a Instituição, aproveitando a oportunidade legítima e única daquele ano, que era a realização de um evento de caráter mundial conquistado pelo Presidente da República e que agregaria nada mais nada menos, que autoridades e representantes de 50 países no Brasil e naturalmente geraria um foco preciso sobre a Fundacentro, até então uma estrutura desconhecida e mal posicionada.

[...]

Dante do desafio a SMP&B São Paulo formou uma equipe multidisciplinar de profissionais englobando diversas áreas – marketing de relacionamento, marketing direto, publicidade, relações públicas, jornalismo, promoção – contratados sob a chancela da Topic Participações, plano este entregue, à época, a entidade, sendo o mesmo norteador dos trabalhos desenvolvidos.

[...]

A primeira e mais importante peça do Planejamento Topic é uma pesquisa nacional realizada pelo Instituto CP 2, que visava auditar a presença da instituição junto aos seus mais importantes públicos e medir a eficácia de sua prestação de serviços. Na prática, dimensionar os valores de imagem. O resultado desta medição – realizada nos segmentos da construção civil, fábricas e indústrias e escritórios de empresas – embasou o eixo de desenvolvimento das ações posteriores. A pesquisa, na prática, confirma o que já se estimava informalmente antes de sua realização – que a Fundacentro padecia de falta de posicionamento, repertório, atributos e visibilidade qualificada. 1119



[...]

Examinando detidamente o Plano de Comunicação desenvolvido pela Topic, é possível concluir que boa parte das ações recomendadas e planejadas não foi viabilizada efetivamente. Isso se explica em função dos cortes orçamentários realizadas pelo Governo Federal e que atingiram diretamente as perspectivas da Fundacentro.

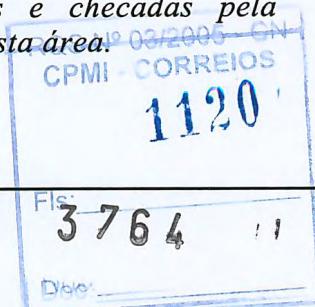
Tendo em vista a nova realidade dos investimentos disponíveis a direção da Fundação decidiu realizar apenas as ações pontualmente voltadas para os seus públicos diretos sendo a principal delas a distribuição orientada de peças promocionais (folhetos) educativas chamadas equivocadamente de encartes, sendo estes voltados para a prevenção de acidentes nas áreas da construção civil, fábricas e indústrias (maquinário pesado) e estruturas administrativas das empresas onde se concentram as doenças por esforço repetitivo-LER e ainda trabalhadores rurais no segmento de agrotóxicos. Estas áreas, como se sabe, são os segmentos prioritários de interlocução da Fundacentro.

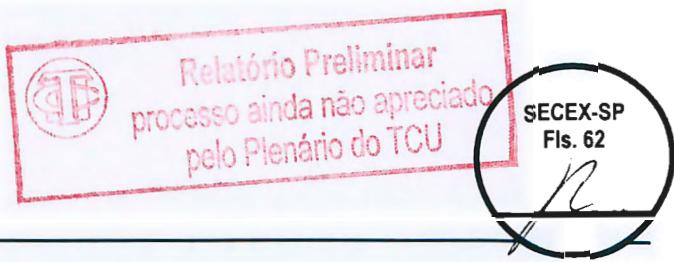
[...]

Enfim, resumindo, estes eram os itens desenvolvidos pelo planejamento da equipe Topic que visavam ampliar a visibilidade e qualificar a imagem de equipe Topic que visavam ampliar a visibilidade e qualificar a imagem de uma instituição literalmente desconhecida, a Fundacentro, aproveitando a rara oportunidade gerada pela realização de um evento de porte internacional, como era o Congresso naquela conjuntura.

Há que registrar que parte destas ações foram efetivamente realizadas, como o desenvolvimento do marketing de relacionamento com os quatro públicos alvo preferenciais da Fundacentro. Estas eram ações voltadas especificamente para a Instituição e não para o produto, o Congresso.

Por razões que a SMP&B literalmente desconhece, todas as ações desenvolvidas no período foram agrupadas como se estivessem no escopo das ações diretas voltadas para o evento. O que não é correto afirmar. A agregação destas ações ao escopo do Congresso – imagina a SMP&B – foi uma decisão interna da Fundacentro de caráter técnico-financeiro que à agência não cabe questionamento. Até porque só há efetivamente um orçamento para sustentar as ações de comunicação independentemente se elas visem a instituição ou o evento sob sua guarda e responsabilidade. Tudo, portanto, em tese é ação de comunicação ancorada nos desafios da Instituição Fundacentro, estrutura administrativa responsável pela operacionalização do XV Congresso. Está correto a afirmativa que tanto uma quanto outra iniciativa de comunicação (para a Fundacentro e para o Congresso) foram propostas, aprovadas, autorizadas, pagas e checadas pela Fundação. E compõem a sua prestação de contas nesta área.





SECEX-SP
Fls. 62

24. PARECER / FUNDAMENTAÇÃO

- 24.1. Os elementos de defesa constantes dos autos não elidem as irregularidades apuradas nesta Tomada de Contas Especial, conforme demonstraremos abaixo, razão pela qual entendemos que devam ser condenados os responsáveis pelos débitos descritos no item 22.2.
- 24.2. Averigüemos, em primeiro lugar, a idoneidade das atestações de recebimento de serviços e materiais consignadas nas notas fiscais supra. Este exame é de primordial relevância, porquanto tais atestações constituem a única prova direta, documental, de que a SMP&B efetuou a entrega dos serviços e materiais referentes às despesas impugnadas pela Comissão de Tomada de Contas Especial.
- 24.3. Constata-se nas notas fiscais impugnadas que todos os recebimentos dos serviços e materiais, consignados diretamente nesses documentos, são de lavra do Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha, então Diretor de Administração e Finanças da Fundacentro — com três únicas exceções discutidas no item seguinte. Observação: as notas fiscais podem ser localizadas às folhas descritas na tabela do item 22.2 retro.
- 24.4. Das despesas inquinadas, constam 3 notas fiscais (v. quadro abaixo) cujas atestações de recebimento são de lavra do Sr. René de Souza Fusco, então Assessor do Sr. Marco Antônio. Ocorre que, a começar pela forma, estas atestações são inidôneas. Reparem que as assinaturas nessas notas pertencem ao Sr. René (vide como referência a assinatura de fls. 312-vol.13), mas, de forma totalmente irregular, ele assina como se fosse o Sr. Marco Antônio (o carimbo identificador tem o nome deste).

Materiais recebidos pelo Sr. René de Souza Fusco (então Assessor do Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha)

NF	fls.	quantidade	descrição	valor (R\$)
000174	164	90.000	Impr. folheto institucional p/ XV Congresso Mund..	101.188,08
000175	152	120.000	Impr. folheto institucional p/ XV Congresso Mund..	152.458,00
000176	159	105.000	Impr. folheto institucional p/ XV Congresso Mund..	127.836,12
		315.000		

- 24.5. Oportuno trazer algumas declarações prestadas pelo Sr. Fusco à Comissão Disciplinar, às fls. 310-vol. 13. Ele informa que as atribuições do seu cargo eram as de seleção de processo, despacho de processo mais elementar, autorização de emissão de passagens aéreas etc. Diz ele que no período de férias do Sr. Marco Antônio, realmente, atestou alguns recebimentos de serviços ou materiais. Acerca do procedimento de recebimento diz que *"as agencias traziam provas dos materiais elaborados e/ou realização dos serviços como também serviços prontos para o Diretor de Administração e Finanças — Marco Antonio Seabra de Abreu Rocha que os recebia e atestava os documentos fiscais correspondentes"*. Outro detalhe que chama atenção no depoimento do Sr. Fusco é a declaração de que o Sr. Marco Antônio, mesmo quando em curtos períodos de férias, determinava, por via telefônica, que os processos fossem encaminhados para pagamento.

- 24.6. Ante as declarações do Sr. Fusco, deduz-se que aquele Assessor da Diretoria não detinha competência técnica para a tarefa de recebimento de materiais publicitários. É possível



deduzir também que ele não realizou uma vistoria prévia dos materiais e serviços para atestar aqueles três recebimentos, pois, além de não fazer menção alguma sobre isso, ele dá a entender que a comprovação da execução de serviços era feita, rotineiramente, tão-somente mediante “provas” (sem especificar exatamente o que seja isso) encaminhadas ao Sr. Marco Antônio. Outrossim, há que se considerar a possibilidade de que o Sr. Fusco, movido pelo temor reverencial de seu superior hierárquico, Sr. Marco Antônio, que mesmo em férias passava-lhe determinações por telefone, tenha atestado, incontinentemente, o recebimento dos materiais.

- 24.7. A Sra. Cláudia Cecília Marchiano - funcionária da Fundacentro, que prestava serviços na Diretoria de Administração e Finanças à época dos fatos, cujas atribuições incluía o encaminhamento dos pagamentos às agências de publicidade - em seu depoimento de fls. 313-vol.13 e segts., declarou que o Sr. Marco Antônio atestava o recebimento dos serviços e materiais mediante somente a verificação do processo administrativo contendo três orçamentos e a nota fiscal. Declarou também, às fls. 316-vol.13, que testemunhou o recebimento da ligação telefônica do Sr. Marco Antônio pelo Sr. Fusco através da qual o primeiro determinou ao segundo que atestasse algumas notas fiscais. Assim sendo, entendemos que não cabe a responsabilização do Sr. René de Souza Fusco pelas três atestações de recebimentos que reputamos irregulares.
- 24.8. O fato é que todas as atestações de recebimento de serviços e materiais consignadas nas notas fiscais supra são inidôneas para a comprovação da entrega dos serviços e materiais. Em primeiro lugar, porque os recebimentos foram efetuados em total desconformidade com os requisitos da Lei 8.666/93 e do contrato. Em segundo, porque as atestações, todas de lavra do Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha, não merecem fé em razão dos fortes indícios de conluio entre o ex- Diretor da Fundacentro a empresa SMP&B com o fito de lesar os cofres da Entidade.
- 24.9. O contrato de prestação de serviços de publicidade celebrado entre a Fundacentro e a empresa SMP&B (v. cópia às fls. 549 a 570-vol.2) previa expressamente na Cláusula Nona, inciso V, que a agência estava obrigada a submeter à aprovação prévia da Fundacentro, através da Assessoria de Comunicação Social, mediante consulta prévia à Presidência, texto, *layout*, arte-final, roteiro e mapa de veiculação de qualquer anúncio, peça ou serviço de comunicação. Na Cláusula Décima Primeira o contrato ainda enfatizava que caberia, exclusivamente, à Fundacentro, através da Assessoria de Comunicação Social, mediante aprovação prévia da Presidência, orientar a execução dos serviços contratados, quanto aos critérios de prioridade, qualidade e condições.

- 24.10. De seu lado, a Lei 8.666/93, estabelece que:

Art. 73. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstaciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstaciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei;

II - em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:



- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- c) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

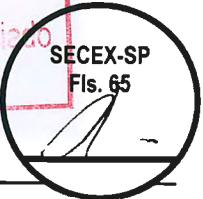
24.11. Ou seja, fica claro que no caso em apreço não houve a **aceitação definitiva** que, segundo a Lei de Licitações e Contratos, visa a verificar a adequação – qualidade e quantidade - da prestação contratual (tanto no fornecimento de serviços quanto de bens). Isso porque o próprio contrato estabelecia, de modo cristalino, que o órgão da Fundacentro que detinha competência para o controle da qualidade e das condições dos serviços era a Assessoria de Comunicação Social. Forçoso concluir que o recebimento definitivo de serviços de publicidade não poderia, em hipótese alguma, prescindir de um parecer desse órgão.

24.12. O §4º do art. 73 supracitado estabelece que se o recebimento definitivo não for lavrado em 90 dias, os serviços reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos. Ocorre que não constam dos autos tais comunicações, sequer há alguma menção sobre isso.

24.13. De fato, a SMP&B não pode nem mesmo alegar que houve o recebimento provisório. Isso porque, em face das declarações de funcionários então lotados na Diretoria de Administração e Finanças (vide itens 24.5, 24.6 e 24.7 supra), sabe-se que o Sr. Marcos Antônio Seabra de Abreu Rocha, ao atestar os recebimentos, não vistoriava os serviços ou materiais que estavam sendo entregues, mas apenas limitava-se a examinar orçamentos, notas fiscais e, na melhor das hipóteses, segundo um dos depoentes, verificava “provas” dos materiais elaborados, ou seja, os recebimentos eram lavrados sem que o Sr. Marco Antônio, ao menos, providenciasse uma checagem quantitativa do que estava sendo entregue. O próprio Responsável declarou à Comissão de TCE (v. fls. 502-vol. Principal) que: “*O material em sua grande maioria era entregue diretamente no Anhembi, mas imagino tenha sido conferido, pois me foi trazida a nota para assinatura, e o Diretor da DAF tinha total confiança em sua assessoria (...)*”.

24.14. Conquanto a SMP&B alegue que o Sr. Marcos Antônio Seabra de Abreu Rocha estava acobertado por uma Portaria que lhe delegava a ordenação de despesas e, também, que ele tinha como atribuição a organização e administração financeira das despesas para o XV Congresso Mundial, o fato é que o ex-Diretor Administrativo e Financeiro não detinha a competência técnica e funcional para efetuar os recebimentos definitivos. Não pode a SMP&B vir alegar que esse fato era, meramente, de ordem interna da Fundacentro e que, por essa razão, o desconhecia. Ora, a competência da Assessoria de Comunicação Social estava explícita no contrato, portanto era de observância obrigatória pela contratada. É imperioso concluir que se esse fato foi lembrado no próprio instrumento contratual era porque tratava-se de ponto relevante para a execução daqueles serviços.

24.15. Cumpre observar que, de fato, havia uma delegação de competência ao Sr. Marco Antonio Seabra de Abreu Rocha, mediante a Portaria nº 143/93 da Presidência da Fundacentro, às fls. 128 do vol. 12, que o autorizava a, isoladamente, realizar pagamento das contas de prestação de serviços público, bem como de taxas, impostos, despesas com aluguéis, taxa condominial, suprimento de fundos, material de consumo, permanente e de serviços de terceiros. Contudo, a referida portaria não o autorizava, genérica ou especificadamente, a receber obras, compras ou serviços.



24.16. Nesse ponto é oportuno trazer alguns trechos do depoimento do Sr. José Carlos Cartilha Crozera, então Assessor de Comunicação Social da Fundacentro, prestado em 29/03/2000, (fls. 318 a 321 do vol. 13). *In verbis:*

[...]

QUE exerce a função de Assessor de Comunicação Social da FUNDACENTRO; **QUE** desde o ano de 1990; **QUE** sua atribuição neste cargo consiste em: assessorar a Presidência nas atividades envolvendo imprensa, divulgação e promoção da entidade, coordenar a publicação de periódicos jornalísticos e demais ações de comunicação da FUNDACENTRO, supervisionar as demais publicações da FUNDACENTRO e a produção de vídeos;

[...]

QUE não sabe informar o porque da alteração do quantitativo para 3.000.000 de exemplares quando só foi autorizado 3.000 encartes; **QUE**, tão somente quando da auditoria realizada pela CISET, teve conhecimento de uma autorização haver sido utilizada varias vezes com alteração dos quantitativos dos materiais e/ou serviços; **QUE** referente aos pedidos autorizados pela Presidência da FUNDACENTRO contendo o quantitativo de 10.000 exemplares e havendo sido alterado para 350.000 3 93.217 peças como também o uso de fotocópias de autorizações da Presidência da FUNDACENTRO, não sabe quem os fez; **QUE** a rotina estabelecida na tramitação dos processos de elaboração de peças e execução de serviços era a seguinte: havia uma demanda de alguma área da FUNDACENTRO a diretoria dessa área encaminhava o pedido a Assessoria de Comunicação Social, a assessoria de Comunicação Social pedia autorização a Presidência da FUNDACENTRO para que o serviço fosse executado pela agencia de publicidade, autorizados os serviços a Assessoria de Comunicação Social - ACS solicitavas às agencias o orçamento para execução dos serviços, elaborados os orçamentos as agencias os encaminhavam para a Diretoria de Administração e Finanças - DAF, de posse dos orçamentos juntavam ao processo a devida autorização da Presidência da FUNDACENTRO que lhe fora enviada pela Assessoria de Comunicação Social. A Diretoria de Administração e Finanças aprovaria ou não a execução dos serviços, que aprovada a execução pela DAF, esses serviços eram acompanhados na sua execução pela ACS. Após a execução do serviço era submetida a área do demandante para aprovação; **QUE** esses serviços eram entregues para Assessoria de Comunicação Social que o repassava ao demandante. Que em alguns casos a ACS concordava que fossem entregues esses serviços nos locais de eventos; **QUE** os serviços pertinentes ao evento quase todos foram entregues na FUNDACENTRO sendo que na semana que antecedeu o XV Congresso Mundial alguns serviços foram executados e entregues no local do evento; **QUE** na administração do Sr. Marco Antonio Seabra de Abreu Rocha — Diretor de Administração e Finanças essa rotina teve continuidade, não sido oficialmente alterada; **QUE** quem atestava o recebimento dos materiais ou serviços entregues pelas agencias e terceirizadas, era o declarante que o fazia após a aprovação e confirmação dos mesmos pelas áreas demandantes; **QUE** não era de seu conhecimento que o Sr. Marco Antonio Seabra de Abreu Rocha atestava nos documentos fiscais o recebimento/realização dos materiais e/ou serviços neles discriminados; **QUE** posteriormente por ocasião da auditoria realizada pela



CISET teve conhecimento que o Diretor de Administração e Finanças, Sr. Marco Antonio Seabra de Abreu Rocha atestava, também, nos documentos fiscais o recebimento/realização de materiais/serviços; QUE não tem conhecimento onde tenham sido entregues os materiais e/ou serviços cujo recebimento foram atestados pelo Sr. Marco Antonio Seabra de Abreu Rocha; QUE a competência para atestar nos documentos fiscais o recebimento/realização dos materiais/serviços era da Assessoria de Comunicação Social – ACS; QUE não sabe informar porque o Sr. Marco Antonio Seabra de Abreu Rocha atestou os documentos fiscais. Supõe o declarante que por ser o Sr. Marco Antonio Seabra de Abreu Rocha gestor dos contratos firmados com as agencias SMP & B Comunicação e Quality Comunicação pudesse faze-lo mas, desconhece se suas atribuições como gestor desses contratos desse a ele competência para esse procedimento; QUE os documentos fiscais não atestados pelo declarante deveram-se a não lhe ter sido entregue para acompanhamento; QUE normalmente as solicitações de autorização para execução de serviços deveriam constar o quantitativo dos materiais a serem produzidos e/ou a especificação dos serviços a serem realizados; QUE os pedidos de autorização remetidos a Presidência da FUNDACENTRO pelo declarante sempre o foram nos originais;

24.17. O Sr. Crozera, Assessor de Comunicação Social, declarou desconhecer os serviços e materiais recebidos pelo Sr. Marcos Antônio Seabra de Abreu Rocha. O Sr. Crozera, inclusive, mostrou-se surpreendido ao saber que o Sr. Marco Antônio atestava o recebimento/realização dos materiais e/ou serviços discriminados nos documentos fiscais. Segundo o Sr. Crozera, era ele quem atestava o recebimento dos materiais ou serviços entregues pelas agencias e terceirizadas. Esta declarações condizem perfeitamente com a nossa assertiva retro de que a aceitação definitiva deveria ser realizada com a participação da Assessoria de Comunicação Social. Essa conclusão é óbvia ao se examinar o contrato e, ainda que o contrato não previsse tal participação, nos parece lógico e razoável que assim fosse.

24.18. Trazemos à colação a interpretação do Ilustre Jurista Professor Marçal Justen Filho, *in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 5ª ed., São Paulo:Dialética, 1998, p. 535, acerca do art. 73 da Lei 8.666/93:

O dispositivo inspira-se no princípio de que a simples tradição não importa aceitação da Administração, à qual incumbe adotar todas as cautelas necessárias para evitar recebimento de objetos defeituosos.

A lei distingue, por isso, o recebimento provisório e o definitivo. Há uma dissociação do instituto da "tradição" de direito privado. Alguns dos efeitos típicos da tradição não se produzem e ficam sujeitos a termo ou condição suspensiva.

A dissociação produzida pela lei altera o regime jurídico de direito privado. No direito privado, a aceitação da coisa ou do serviço faz presumir sua perfeição. Incumbe à parte que recebeu a coisa adotar, em prazos restritos, providência em defesa de seu interesse, caso verifique algum defeito ou tenha inexistido sua concordância com a execução da prestação. O protesto posterior funciona como condição resolutiva da aceitação. Contrariamente se passa nos contratos administrativos, nos quais a transferência da posse



não induz aceitação, a qual fica suspensa até a concretização de termo ou condição.

[...]

Após recebido provisoriamente o objeto do contrato, a Administração promoverá os exames, testes e verificações necessários. Caso encontre defeito, a coisa ou o serviço serão rejeitados e devolvidos ao particular no estado em que se encontrarem. A especificação dos exames e testes dependerá da natureza do objeto da prestação.

Quando se tratar de obras e serviços, a Administração deverá designar servidor ou comissão de servidores para promover a vistoria. De acordo com a natureza do objeto, poderá exigir-se que os servidores apresentem determinada qualificação profissional ou técnica.

24.19. Não bastasse os fatos acima, entendemos as atestações de lavra do ex- Diretor de Administração e Finanças não merecem fé em razão de fortes indícios de conluio entre o Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha e a empresa SMP&B para fraudar as despesas inquinadas e com isso lesar os cofres da Fundacentro.

24.20. De acordo com o relatado no item 24.9 desta instrução, as despesas somente poderiam ser realizadas mediante prévia consulta e autorização da Presidência da Fundacentro. Entretanto, muitas das despesas impugnadas foram realizadas – se é que realmente foram realizadas – com flagrante burla a essa exigência contratual. Vejamos (vide o quadro 22.4 retro) :

- a) despesas realizadas sem a prévia autorização do Presidente da Fundação;
- b) utilização fraudulenta de fotocópias de autorizações de despesas da Presidência da Fundacentro
- c) alterações fraudulentas dos quantitativos de impressão de encartes fixados pela Presidência da Fundacentro.

24.21. Evidentemente tais ilícitos somente poderiam ter sido perpetrados se considerarmos a existência de conluio entre o Diretor de Administração e Finanças, responsável pelos pagamentos, e a agência de publicidade. Ressalte-se, ainda, que o parágrafo sexto da cláusula terceira do contrato, fls. 551-vol.2, estabelecia explicitamente que a agência não deveria assumir nenhuma despesa sem a prévia e formal aprovação da Fundacentro. Aprovação essa que o Contrato estipulava ser de competência da Presidência da Fundacentro, com a interveniência da Assessoria de Comunicação Social.

24.22. Outro forte indício de que o Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha e a empresa SMP&B agiam em mútua colaboração no cometimento das irregularidades está no fato de que o primeiro aprovava sem qualquer ressalva os orçamentos de serviços apresentados pela segunda. A cláusula terceira, parágrafo terceiro, do contrato exigia a apresentação mínima de três orçamentos para cada serviço contratado pela agência, de forma a comprovar-se a seleção do serviço com menor custo (v. fls. 550-vol.2). Ocorre que foram constatadas diversas irregularidades concernentes às empresas que “concorreram” pelo direito de fornecer serviços e materiais referentes às PMdespesas impugnadas



supramencionadas (vide quadro do item 22.6). A Comissão de Tomada de Contas Especial apurou a inexistência física da empresa Colmeia Graf Litografia Ltda e da empresa Gráfica e Editora Futura Ltda que apresentaram cada qual pelo menos quatro orçamentos. Outras duas empresas que concorreram diversas vezes pelos serviços impugnados, a Editora Graffar e a Pergaminho Editora Gráfica, apresentaram orçamentos que não continham sequer o endereço ou o telefone e, em grande parte, nem estavam assinados.

24.23. Embora o Sr. Marco Antônio e a empresa SMP&B tentem alegar que não poderiam saber da inexistência física das empresas Colmeia e Futura, constitui fato inadmissível que fossem aceitos orçamentos das empresas Graffar e Pergaminho, pois que desprovidas das mínimas características formais - endereço, telefone, nº de inscrição, cnpj, prazo de validade da proposta, assinatura - que pudessem lhes dar alguma aparéncia de idoneidade. A fraude fica ainda mais evidente se considerarmos que, segundo os autos, essas quatro empresas concorreram por diversas oportunidades e sempre apresentaram propostas com valores superiores aos das empresas contratadas (vide folhas anotadas no quadro do item 22.6). Pergunta-se: por que a insistência na realização de cotações junto a essas empresas se a agência de publicidade deveria buscar as negociações mais vantajosas para a Fundacentro? Os fatos indicam que os orçamentos das empresas aqui citadas foram utilizados tão-somente para emprestar ares de legitimidade às cotações de preços que, tudo leva a crer, foram forjadas.

24.24. A ausência de documentos hábeis que comprovem o adimplemento dos fornecimentos contratados aliada aos fatos até aqui descritos, configuram fortes indícios de que não houve a execução das despesas impugnadas. Não fosse o bastante, é preciso ainda ressalvar que a Comissão de Tomada de Contas Especial da Fundacentro, a partir de diligências realizadas junto às empresas fornecedoras (vide mais detalhes no quadro do item 22.5 retro), constatou o seguinte:

- a) A RBS Gráfica e Editora Ltda havia deixado o imóvel do endereço indicado nas notas fiscais, por inadimplemento; a Prefeitura de Contagem-MG informou, em 22/09/1999, que a empresa RBS Gráfica e Editora Ltda não se encontrava em atividade no município há pelo menos um ano.
- b) Em relação à Gráfica Braga Ltda, a Secretaria Municipal da Fazenda de Belo Horizonte informou que as notas fiscais nºs 003010, 003011, 003012, 003013, 003015 e 003020 foram emitidas contra empresa diversa da Fundacentro. A SMP&B alega que consta do livro de prestação de serviços, documento legal confirmatório de atuação da empresa, valores idênticos aos das notas emitidas contra a Fundacentro (v. fls. 3304-vol.32). Todavia, as divergências de valores nos documentos fiscais tornam as negociações suspeitas, prejudicando a credibilidade probatória dos documentos que registraram as transações, suspeções essas que somente poderiam ser superadas após uma investigação do caso pelo Fisco.
- c) A Image Solution Gráfica Editora Ltda não mais se encontrava instalada, há mais de um ano, em nenhum dos dois endereços constantes das notas fiscais emitidas contra a Fundacentro. A SMP&B alega que a Image Solution encontrava-se legalmente inscrita no Sicaf – Cadastro Nacional de





Prestadores de Serviços ao Governo. Ocorre que o cadastramento no Sicaf não se traduz em garantia de entrega dos serviços e mercadorias, sendo obrigatório a realização dos procedimentos de recebimento de serviços e produtos de todos os fornecedores, cadastrados ou não no Sicaf.

24.25. Com referência aos diversos testemunhos colhidos junto aos funcionários da Fundacentro, cabe destacar o seguinte:

24.25.1. O então Assessor da Diretoria de Administração e Finanças, René de Souza Fusco declara, às fls. 312-vol.13, “que alguns materiais foram entregues no almoxarifado da Fundacentro inclusive não tendo espaço suficiente o almoxarifado o declarante viu exemplares nos corredores do prédio sede da Fundacentro”. Este testemunho foi totalmente vago quanto à origem e descrição do material.

24.25.2. Segundo a SMP&B, às fls.329-vol.16, a funcionária Iracema Fagá havia declarado que “tem absoluta certeza da realização desses serviços”. Ao perscrutar esse depoimento, às fls. 335/336-vol.13, verifica-se que ela deu realmente tal declaração, ocorre, todavia, que ela refere-se especificamente aos serviços pertinentes à publicidade do balanço da Fundacentro – exercício 1998.

24.25.3. Todos os depoimentos dos servidores da Fundacentro listados abaixo, colhidos pela Comissão Disciplinar, dão conta de que nenhum deles vistoriou, nem mesmo viu, no todo ou em parte, aquelas 6.188.600 peças.

Nome do depoente	Cargo que ocupava na Fundacentro à época dos fatos	folhas do vol. 13
Cláudia Cecília Marchiano	Apoio administrativo na Diretoria de Adm. Finanças	313 ss.
José Carlos Cartilha Crozera	Assessor de Comunicação Social	318 ss.
Denilson José da Silva	Chefe de Almoxarifado	322 ss.
Sonia Maria José Bombardi	Diretora Técnica	324 ss.
Edson Rodrigues dos Santos	Chefe dos Serviços Atividades Auxiliares	327 ss.
Cláudia Fantaguci Chuqui	Gerente de Orçamentos e Finanças	330 ss.
José Gaspar Ferraz de Campos	Diretor Executivo	333 ss.
Iracema Fagá	Assessora da Diretoria Técnica	335 ss.
Marta Correa de Toledo	Assessora da Presidência	382 ss.
Rogério Galvão da Silva	Gerente de Coordenação de Segurança no Processo do Trabalho	387 ss.
Humberto Carlos Parro	Presidente da Fundacentro	389 ss.

RQS N° 03-2005-CPMI

CPMI - CORREIOS

1128

Fls:

3764

Doc



- 24.26. Ainda em relação às 6.188.600 peças gráficas, a SMP&B apresentou à Comissão de Tomada de Contas Especial os relatórios de distribuição de peças gráficas no exterior (v. fls. 196 a 226-vol.16) e no Brasil (v. fls. 227 a 230-vol.16). De acordo com tais relatórios, foram distribuídos 1.740.490 encartes no Exterior e 4.601.320 encartes no Brasil. Encontra-se anexado aos autos uma extensa relação de empresas que, estamos supondo, sejam as destinatárias dos encartes descritos nas notas fiscais das despesas impugnadas. Tal relação inicia-se às fls. 319 do vol. 16 e prossegue nos vols. 17 a 27, preenchendo 11 volumes. E, nos vols. 28 a 31 encontram-se acostados diversos materiais gráficos relacionados ao XV Congresso Mundial.
- 24.27. Todavia, os relatórios da empresa Onda, apresentados pela SMP&B, não têm o condão de comprovar a efetiva distribuição das mais de 6 milhões de peças publicitárias relativas às despesas impugnadas. Tais relatórios, datados de 16/07/1999, apresentam uma série de deficiências, a começar pela ausência da assinatura do preposto da empresa Onda. Mais grave que isso é a completa ausência de referências quanto aos meios que foram utilizados para se realizar a distribuição de milhões de peças publicitárias, isto é, não há informação alguma sobre a utilização dos serviços dos Correios ou de distribuição direta ou de qualquer outro meio. Também não há menção a datas e custos. Ou seja, relatórios tão desprovidos de informações não logram comprovar a efetiva distribuição de mais de 6 milhões de encartes e folhetos pelo Brasil e por diversos países. Na verdade, os relatórios apresentados pela SMP&B constituem tão-somente uma relação de nomes e endereços de entidades e empresas, do Brasil e do Exterior. Nada mais que isso.
- 24.28. A SMP&B afirmou, na contestação da Ação Civil Pública, às fls. 3623-vol.34, que a distribuição dos fascículos foi feita para todo o País pela empresa Onda ND Produção e Publicidade, às expensas da contestante, isto é, sem ônus para a Fundacentro. Ainda no bojo da Ação Civil Pública, a SMP&B afirma, às fls. 3626-vol.34, dispor de vias de conhecimentos aéreos de embarques relativos a mercadorias enviadas a vários destinos no ano de 1999, efetuados pela SMP&B. Essas mercadorias, segundo aquela empresa, consistiam em material impresso (*folders*, convites, programação técnica, etc) que foram enviados com finalidade de promover a Fundacentro e o Brasil junto ao XV Congresso Mundial de Saúde e Segurança no Trabalho, na quantidade estabelecida pela Topic. Os destinos foram: Montevideo, Santiago do Chile, Buenos Aires, México, Miami, New York, Los Angeles, Toronto, Frankfurt, Paris e Milão.
- 24.29. A alegação de que a empresa Onda realizou a distribuição de mais de 6 milhões de peças publicitárias para todo o País e também para o Exterior às expensas da SMP&B é totalmente inverossímil. Por que uma agência de publicidade, ou seja, uma empresa com fins lucrativos, que defende aguerridamente a cobrança de honorários dos serviços (vide itens 15 e 16 retro), assumiria para si tais custos? O que impediu que a SMP&B solicitasse o resarcimento destas despesas à Fundacentro? A SMP&B não esclarece estas questões, assim como não apresenta nenhuma prova de que os serviços de distribuição tenham sido realmente executados e de que ela tenha assumido tais custos.
- 24.30. No que tange às vias de conhecimento aéreo de embarques, relativos a mercadorias enviadas a algumas cidades estrangeiras, cabe ressalvar que as notas fiscais das despesas impugnadas, na quase totalidade, foram emitidas e pagas em 1998, enquanto essas vias de conhecimento, segundo a própria SMP&B, referem-se a transportes efetuados em 1999. Observem que apenas as notas fiscais abaixo (para impressão de 93.210 peças em língua estrangeira), da empresa Image Solution Gráfica Editora Ltda, é que foram emitidas e



pagas em 1999. Ou seja, é uma quantidade insignificante em um universo de mais de 6 milhões de peças que foram impugnadas. É preciso também considerar que a maior parte do material considerado não entregue, cerca de 4,6 milhões de peças gráficas, foi supostamente distribuída no próprio território nacional (vide fls. 197/200 e 228/230-vol.16).

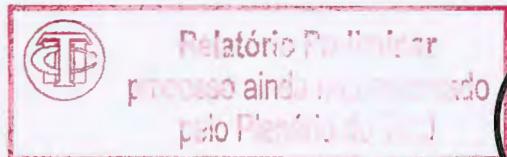
Elaboração de peças gráficas em 1999

NF	fls.	data	quantidade	descrição	valor (R\$)
504	243	18.03.99	20.370	Impressão de Mala Direta em "inglês"	26.457,76
506	253	23.02.99	17.970	Impressão de Mala Direta em "português"	23.339,60
507	225	18.03.99	32.100	Encartes em "espanhol"	41.687,19
508	234	18.03.99	22.770	Encartes em "inglês"	29.577,31
			93.210		121.061,86

24.31. Outrossim, entendemos que as vias de conhecimento aéreo de embarques de mercadorias não são documentos regulares para comprovar a distribuição de materiais publicitários. Aliás, os relatórios retrocitados da empresa Onda são totalmente omissos quanto à sistemática adotada na distribuição do material publicitário. Sobre isso, a SMP&B também nada esclarece. Era de se esperar que houvesse a utilização dos serviços dos Correios para a distribuição, ao menos em parte, de todo esse material. Ou será que a distribuição foi feita diretamente, porta-a-porta, tanto no Brasil, quanto no Exterior? E se utilizaram os serviços dos Correios, por que não foram apresentados, a título de prova, os contratos ou notas de fatura dos Correios? O fato é que não consta dos autos nenhum documento que comprove o pagamento de despesas de distribuição desse material. Por seu turno, a SMP&B tenta justificar esse fato dizendo, simplesmente, que realizou graciosamente a distribuição por intermédio da empresa Onda.

24.32. Importa ressalvar que a SMP&B, ao apresentar a sua defesa perante a Comissão de Tomada de Contas Especial, não fez, em nenhum dos 17 volumes (vols. 15 a 32), qualquer menção a essas vias de conhecimento de embarque, muito menos fez anexar tais provas aos autos. Assim como na sua resposta ao Ofício nº 1376 da Secex/SP/TCU, a empresa também não providenciou a apresentação de tais vias de conhecimento de embarque, sequer as mencionou.

24.33. A Comissão Disciplinar, às fls. 547/551-vol.14, aponta mais irregularidades, desta feita com relação às despesas pagas à SMP&B pelos serviços prestados pela empresa Topic Participações e Serviços Ltda. Diferentemente dos casos até aqui analisados, os serviços contratados junto a esta empresa não objetivavam a elaboração de encartes ou folhetos publicitários, mas visavam à elaboração de um planejamento estratégico para a realização do XV Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho. Ocorre que, para esse mesmo serviço, já havia sido contratada a empresa Casa de Marketing. Aliás, segundo aquela Comissão, para a contratação da empresa Topic, o Sr. Marco Antônio e a SMP&B se utilizaram, fraudulentamente, de fotocópia da mesma solicitação da Presidência da Fundacentro que ensejou a contratação da empresa Casa de Marketing (vide fls. 549-vol.14).



SECEX-SP
Fls. 72

24.34. A SMP&B contesta a acusação, afirmando que a empresa Casa de Marketing foi contratada pela outra agência de publicidade - Quality - que também prestava serviços à Fundacentro. A SMP&B alega que foi autorizada a iniciar um trabalho paralelo aos esforços dirigidos diretamente à realização do evento e que teriam a missão de repertoriar e qualificar a Instituição, aproveitando a oportunidade legítima e única da realização do XV Congresso - um evento de caráter mundial. Portanto, os serviços não são os mesmos prestados pela Casa de Marketing.

24.34.1. A SMP&B, às fls. 3296-vol.32, diz que o plano estratégico gerado pela Topic incluía:

- a) Divulgar a preocupação do País com o setor.
- b) Divulgar as ações do Governo para o Setor.
- c) Divulgar a Fundação como órgão gestor do segmento.
- d) Melhorar o relacionamento da Fundação com os seus públicos diretos, que era, naquele momento, praticamente inexistente.
- e) Garantir o preenchimento das três mil vagas – o sucesso do evento Congresso.
- f) Dar respostas efetivas às prioridades definidas pelo próprio presidente da República, quando assinou a portaria definindo os critérios de operacionalização do evento.

24.35. Destoando das afirmações da SMP&B, verifica-se que através do orçamento apresentado pela empresa Topic, às fls.024-vol.Principal, datado de 5/5/1998, intitulado Conceituação / Planejamento / Concepção do 15º Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho, que os objetivos dos serviços contratados eram mais modestos. Senão vejamos:

- a) Planejamento Conceitual do Congresso.
- b) Planejamento Operacional do Congresso.
- c) Orçamento, Identificação e Seleção de Fornecedores.
- d) Criação de uma campanha dirigida para divulgação da Fundacentro.
- e) Criação de uma campanha dirigida para divulgação do XV Congresso.
- f) Gerenciamento das etapas preparatórias para o evento.
- g) Gerenciamento do evento em si.

24.36. A empresa Casa de Marketing, por sua vez, previa os seguinte escopo de trabalho em seu orçamento, às fls. 403/404-vol.13:

- a) Disponibilização de uma equipe de trabalho composta por 1 Gerente de Conta exclusivamente dedicado à Fundacentro, 1 Assistente, 1 Coordenadora de Conta a ser alocada na Secretaria Executiva do Congresso, 1 Digitador também alocado na Secretaria Executiva do Congresso na Fundacentro, 1 Jornalista contratado para redigir os textos que serão levados ao ar no *site* da Internet exclusivo do XV Congresso.
- b) Planejamento, conceituação e criação de um *site* na Internet a ser hospedado na *homepage* da Fundacentro, exclusivamente alusivo ao XV Congresso.
- c) Planejamento, conceituação, criação de uma estratégia de Marketing Direto e aquisição de um *mailing list* de 5 000 nomes de empresas dos



países do Mercosul, que potencialmente possam participar do XV Congresso como Congressistas ou Expositores.

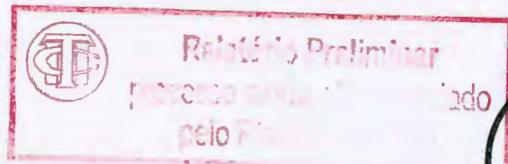
- d) Serviços da Agência envolvendo o Gerenciamento dos processos de desenvolvimento detalhado do Planejamento disponível para a realização do XV Congresso, levantamentos e detalhamentos orçamentários, identificação dos potenciais fornecedores para o Congresso, recomendações táticas e estratégicas e apresentação do custo final da realização do XV Congresso.

24.37. Com base nos dois últimos itens, constata-se que o orçamento da empresa Topic incluía o seguinte item adicional de serviço: "criação de uma campanha dirigida para divulgação da Fundacentro". Todavia, não se percebe qualquer ênfase deste em relação aos outros seis itens de serviço, ou seja, não consta da proposta comercial nada que confirme a assertiva da SMP&B insita no item 24.34.1. Na verdade, evidencia-se na proposta da Topic uma abrangência dos trabalhos restrita aos preparativos do XV Congresso Mundial, a começar pelo título: "Conceituação / Planejamento / Concepção do 15º Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho". Por outro lado, percebe-se que o teor das duas propostas comerciais são bastante semelhantes, especialmente no que tange à estratégia de divulgação do congresso, planejamento orçamentário e seleção de fornecedores.

24.38. Além dessa suspeitável semelhança de orçamentos, restam não esclarecidas diversas outras irregularidades que afetam as despesas referentes aos serviços, supostamente, executados pela Topic.

24.38.1. Esta empresa foi contratada para desenvolver o planejamento do congresso em 3 fases, mas, estranhamente, as notas fiscais das 3 fases foram emitidas no mesmo dia, 23/11/1998. Fato semelhante ocorreu em relação aos serviços de execução e produção do congresso: as 3 fases previstas, aparentemente, foram concluídas quase que simultaneamente, porquanto as notas fiscais tiveram emissão nos dias 4, 7 e 11/12/98. Surgem, daí, as seguintes questões:

- a) Por que o planejamento e a execução do congresso foram divididos em fases? Por que as fases foram concluídas simultaneamente?
- b) Como pôde o XV Congresso ter sido executado e produzido em tão poucos dias após o recebimento do planejamento (menos de 3 semanas após)? E, especialmente, por que o Sr. Marco Antônio atestou o recebimento da execução e da produção do congresso em 9/12/1998 quando o XV Congresso somente foi concretamente realizado no período de 12 a 16 de abril de 1999? Não pode a SMP&B tentar justificar esse fato alegando que se tratava de um trabalho de divulgação anterior à realização do congresso, porquanto, como vimos, este era apenas um dos sete itens de serviços contratados junto à Topic.
- c) Por que se pagou integralmente o valor contratado para a execução e produção do XV Congresso se a própria SMP&B afirma, às fls. 136-vol.15, que boa parte das ações recomendadas e planejadas pela Topic não foi viabilizada em função dos cortes orçamentários realizadas pelo Governo Federal e que atingiram diretamente as perspectivas da Fundacentro?



24.38.2. As notas fiscais nºs 000324, 000325 e 000326 foram emitidas pela Topic em 11/12/98, 14/12/98 e 16/12/98, respectivamente, contudo, constata-se que o Sr. Marco Antônio atestou a realização e o recebimento daqueles serviços em data anterior às emissões, isto é, em 09/12/1998, tendo pago tais despesas em 11/12/1998.

24.38.3. A empresa Topic, supostamente, havia disputado o fornecimento dos serviços com as empresas Tulipa Assessoria e Planejamento Comercial Ltda e Lisanthus Organização Ltda. Ocorre que essas duas últimas empresas não foram localizadas (vide quadro do item 22.6). Não bastasse isso, os orçamentos da Topic e da Tulipa foram remetidos pelo mesmo fax (vide fls. 550-vol.14).

24.38.4. A Comissão Disciplinar, em diligência efetuada em Belo Horizonte – MG, constatou (v. fls. 927) que a Topic está localizada na Av. Afonso Pena nº 941, sala 1508, 15º andar, em uma sala medindo aproximadamente 7m², contendo um computador, um fax, uma mesa e prateleiras, tendo como atividade a prestação de serviços contábeis – segundo informação prestada pelo Sr. Joaquim Raspante Tavares, sócio proprietário que atendeu ao diligenciador. Indagado se os serviços constantes nas notas fiscais foram realizados pela firma, ele respondeu que “devem ter sido feitos pelo outro sócio”.

24.38.5. E, por último, todas as atestações de recebimento dos serviços prestados pela Topic foram lavradas pelo Sr. Marco Antônio Seabra de Rocha Abreu, padecendo, por isso, dos mesmos vícios mencionados nos itens 24.11 a 24.18 desta instrução. Aliás, a participação da Assessoria de Comunicação Social da Fundacentro no recebimento desses serviços seria até mais relevante do que no caso de recebimento de peças gráficas porquanto, segundo a própria SMP&B, os serviços da Topic objetivavam ampliar a visibilidade e a qualificar a imagem da Fundacentro, o que, por certo, exigiria, para bem avaliá-los, um conhecimento técnico mais profundo.

24.39. E, por derradeiro, cabe salientar que, em vista das normas do Direito Financeiro, os pagamentos devem ser sempre precedidos da liquidação da despesa e que esta, por sua vez, deverá se embasar nos comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço constitui. Nesse sentido, a Lei 4.320/64 dispõe que:

Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

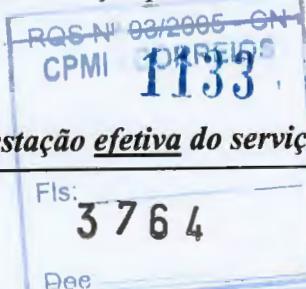
III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

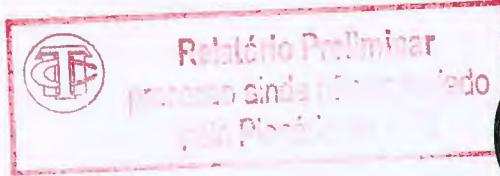
§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.





SECEX-SP
Fls. 75

(grifos nossos)

24.40. O instrumento legal de comprovação de entrega, mencionada no §2º, inciso III, acima, por força do art. 73 da Lei 8.666/93, é o termo de recebimento definitivo. Razão pela qual, a apresentação do referido termo constitui presunção relativa da entrega dos serviços, o que, a *contrario sensu*, significa que a ausência desse documento faz presunção *juris tantum* de que não houve o adimplemento contratual.

24.41. A SMP&B, por seu turno, não logra comprovar a entrega efetiva dos serviços e materiais em apreço, por qualquer outro meio hábil disponível, ou seja, as provas apresentadas por ela, conforme demonstramos, são todas inidôneas. Especificamente em relação aos recebimentos efetuados pelo ex-Diretor de Administração e Finanças, cabe reafirmar que não suprem a ausência dos termos circunstanciados de recebimento definitivo exigidos pela Lei de Licitações e Contratos, ademais as atestações foram lavradas ao arrepio das cláusulas contratuais que exigiam a interveniência da Assessoria de Comunicação. Outrossim, não se configurou nem ao menos recebimento provisório, pois o Sr. Marco Antônio sequer vistoriava previamente os materiais para proceder aos recebimentos. E, por último, os recebimentos não merecem fé em face dos fortes indícios de que o Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha e a empresa SMP&B, agindo em conluio, fraudavam a Fundacentro.

25. EXAME DE CITAÇÃO DO SENHOR MARCO ANTÔNIO SEABRA DE ABREU ROCHA

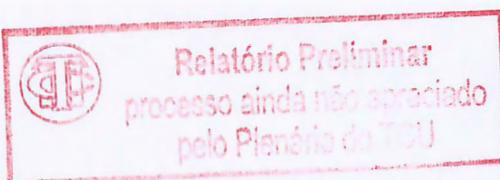
O Relatório do Processo Administrativo Disciplinar atribui ao Responsável as seguintes condutas irregulares (v. fls. 953-vol. 14):

- a) negligência ao fiscalizar o cumprimento da Cláusula Nota – incisos IV e V – do contrato celebrado com a SMP&B;
- b) autorizar e atestar o recebimento e realização de materiais e/ou serviços em quantitativos superiores ao determinado pela Presidência da Fundacentro, inclusive, fazendo-o, com uso indevido de fotocópias;
- c) autorizar o pagamento de notas fiscais superfaturadas;
- d) atestar o recebimento e a realização de materiais/serviços sem comprovação efetiva da entrega e determinar o pagamento dos mesmos;
- e) atestar e autorizar o pagamento de honorários por serviços prestados pelas agências, com discordância ao prescrito na Cláusula Terceira, § 1º e seus incisos.

RAS N° 002005 - CN

CPMI CORREIOS

1134



- 25.1. Preliminarmente, cabe informar que resolvemos examinar, separadamente, as alegações de defesa do Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha porque a Comissão de Tomada de Contas Especial e a Comissão Disciplinar, ambas instituídas pela Fundacentro, imputaram ao ex-Diretor de Administração e Finanças da Fundacentro, de forma solidária com as empresas SMP&B e Quality, a responsabilidade por **todas** as irregularidades e conseqüentes prejuízos aos cofres da Entidade constantes desta instrução.
- 25.2. Em primeiro lugar, importa informar que o Responsável é revel (v. subitem 12.4 desta instrução), mas que em respeito ao princípio da verdade material, consideraremos nesta instrução os seguintes elementos de defesa constantes dos autos:
- defesa apresentada pelo Responsável perante a Comissão de Tomada de Contas Especial: **fls. 502-vol. 2 e 672/675-vol. 3;**
 - depoimento prestado pelo Responsável perante a Comissão Disciplinar: **fls. 494/500-vol.14;**
 - defesa apresentada pelos seus advogados perante a Comissão Disciplinar: **fls. 516/521-vol.14.**
 - resposta à audiencia – Ofício Secex/SP nº 185, datado de 1/3/2002 – promovida no bojo do TC 007.285/1999-0 (Prestação de Contas da Fundacentro – exercício 1998) – cópias anexadas às fls. 4/14-vol.35.

26. Alegações de defesa:

- 26.1. O Responsável diz em seu depoimento perante à Comissão Disciplinar, às fls. 494/500-vol.14, *in verbis*:

*QUE ratifica os termos das declarações prestadas às fls. 27 e 69/72 do Volume I; QUE reconhece como suas as rubricas/assinaturas constantes dentre outros nos documentos de fls. 033/039, 044/047, 053/056, 073/076, 138/140 e 144 do Anexo I, como também as reconhece nos documentos de fls. 261/264, 266, 271/275, 280/284, 289/291, 239, 298/300 e 302 do Volume II;
[...]*

QUE foi acertado que o interrogado atestaria a realização e recebimento dos materiais/serviços, para que possibilidadesse um certo controle pois, até então, a situação era de caos, havendo um receio da Secretaria Executiva de que o Congresso não saisse a contento na época esperada;

[...]

QUE os encartes objeto da autorização de fls. 061 do Anexo I eram feitos para serem distribuídos em todo o Brasil nos sindicatos, fabricas e jornais de grande circulação, em virtude do que três mil (3.000) ser uma quantidade irrisória;

[...]

QUE foram impressos 315.000 folhetos gerando faturamento em 23/12/98 de R\$ 419.630,42, pagos em 28/12/98, com autorização de 10.000 fichas de inscrição,



em virtude de má redação no solicitado uma vez que compreendia outros serviços;

[...]

QUE o atesto na nota fiscal n° 3011 emitida pela Gráfica Braga Ltda., referente a impressão de 112.700 encartes como sendo couche 120 g quando na verdade as peças foram impressas em papel AP 75 g ou seja, de qualidade inferior decorreu do interrogado não ter conhecimento técnico para notar a diferença, e que para isso existia na FUNDACENTRO pessoal contratado pela Secretaria Executiva do Congresso que deveria acompanhar a confecção das peças e atestar sua qualidade e adequação e que quando o documento para assinatura chegava a diretoria presumia-se já ter sido efetuado essas análises; QUE as estimativas de custo datada de 15/12/98 autorizando a produção e impressão de 212.000 unidades do programa técnico e cujas notas fiscais às fls. 74/75 emitidas no mesmo dia, ocorrendo o seu pagamento no dia 16/12/98, deveu-se a possibilidade dos serviços estarem em curso e quando da entrega da estimativa de custo já terem sido apreciados, possibilitando a remessa imediata para pagamento; QUE não sabe informar o porque da maior parte dos produtos havendo sido elaborados em outro Estados não tiveram suas notas fiscais carimbadas pelos postos fiscais de fronteira;

[...]

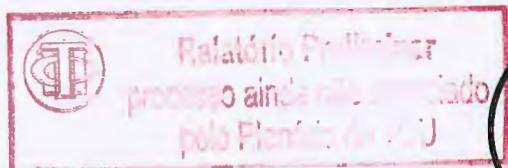
QUE não sabe informar se a TOPIC Participações e serviços montou algum escritório em São Paulo; todavia, para a execução dos serviços detalhados no projeto, haveria a necessidade de montar um escritório em São Paulo; QUE os serviços feitos pela TOPIC Participações e Serviços Ltda. conforme notas fiscais n° 324, 323, 322 referem-se ao planejamento institucional; QUE não sabe informar o porquê do atesto dado na Nota fiscal n° 000324 – fls. 264 do Volume II haver sido em 09/12/98 e a emissão do documento ter sido em 11/12/98; QUE não sabe informar o porquê da retificação havida às fls. 265, mandando retificar a data da nota fiscal n° 000324 para 08/12/98; QUE pensa ele o acusado que os serviços descritos na nota fiscal n° 000325 – fls. 291 do Volume II foram pertinentes a elaboração de folhetos; QUE os serviços descritos na nota fiscal 000326 – fls. 300 do Volume II devem se referir a serviços específicos e técnicos da FUNDACENTRO; QUE todo planejamento estratégico dirigido para o congresso englobava varias fases de infraestrutura, inclusive criando material de projeção da FUNDACENTRO dai o porquê, o uso de fotocópias das autorizações emanadas da Presidência;

[...]

Indagado se o interrogado tinha conhecimento que todos os trabalhos confeccionados pelas agencias deveriam passar pela Assessoria de Comunicação Social para manifestação, respondeu QUE a quase totalidade das reuniões onde era decidida a execução e confecção de peças e serviços pelas agencias era feita na sala da Assessoria de Comunicação Social — ACS com a presença do assessor de comunicação para que fosse acelerado o fluxo de execução dos serviços.

26.2. Os advogados constituídos pelo Responsável argumentam, às fls. 516/521-vol.14, in verbis:





Em sede de mérito, observa-se que o r. despacho de instrução e indicação imputa ao Acusado:

- a) avocação irregular de poderes atribuídos à Assessoria de Comunicação Social (ACS), ao Almoxarifado e ao Serviço de Atividades Auxiliares, em desrespeito ao Regimento da entidade; e
- b) em consequência dessa irregular avocação, atestar irregularmente execução de serviços sem comprovação de entrega, e determinar, também de modo irregular, pagamentos, inclusive de honorários, de materiais e outros serviços, todos eles relacionados ao contrato originário da concorrência n.º 003/96.

[...]

Cuide-se desde logo de desfazer o erro existente na peça, ao acusar a existência de irregular avocação. O entendimento de que isto teria ocorrido em relação a tarefas cometidas à ACS é equivocado. Cabe verificar que a obrigação referida no parágrafo segundo da cláusula quinta do contrato é inaplicável ao Acusado. E isto por dois motivos, principais: o primeiro é que os contratos estabelecem vínculos obrigacionais entre as partes dele signatárias (ou seja, a FUNDACENTRO, de um lado, e a AGÊNCIA, de outro). Assim, quem estaria vinculado à obrigação de submeter o faturamento à concordância da ACS é a AGÊNCIA, jamais órgãos internos da FUNDACENTRO, fossem eles quais fossem. Ditos órgãos, inclusive a DAF¹, haveriam de submeter-se às regras existentes no Regimento Interno e portarias emanadas por quem de direito. Ora, não se vê no art. 6.º do Regimento da Casa, e menos ainda em seu item VI² qualquer determinação no sentido de submeter aprovação de pagamentos à ACS, na medida em que "participação conjunta" em simpósios e outros eventos do gênero jamais induziria esse poder o qual, aliás, pelo art. 10 do mesmo Regimento, é de competência da DAF.

Em segundo lugar, conforme se vê de fls. 128 do p.a.d.. através de Portaria 143/96, o então Presidente da Casa delegou competência ao Acusado para "autorizar, isoladamente, o pagamento de contas". Inclusive para "material de consumo, permanente e serviços de terceiros", além de "diárias, requisições de passagens aéreas e terrestres", delegação esta em consonância com os termos do art. 9.º, III do Regimento Interno da Casa e que, também por ser posterior à assinatura do contrato, deixa suficientemente claro que revogou os efeitos internos daquela cláusula – efeitos inexistentes, aliás – de modo que inocorreu qualquer irregularidade.

(grifos do original)

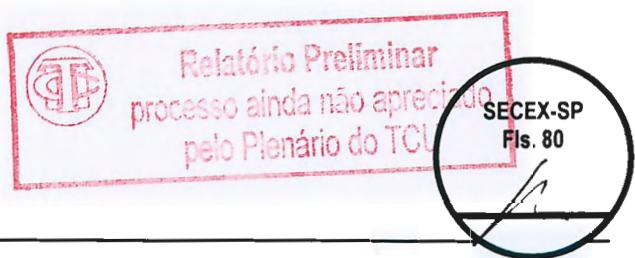
27. PARECER / FUNDAMENTAÇÃO

- 27.1. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que as seguintes ocorrências foram consideradas, nesta instrução, ainda não plenamente saneadas e, portanto, inconclusas para o julgamento de mérito: (a) pagamentos indevidos de honorários, analisados no item 15 e subitens, e (b) superfaturamentos de serviços contratados pela SMP&B, analisados no item 19 e subitens.

1137



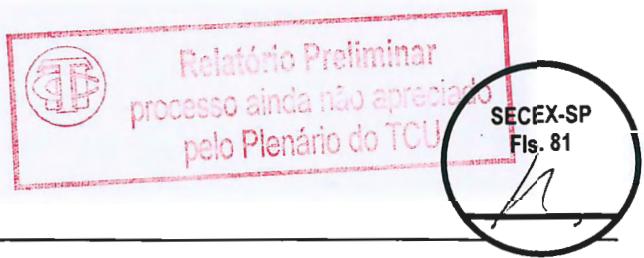
- 27.2. O Responsável, em seu depoimento de 494/500-vol.14 à Comissão Disciplinar, refuta todas as acusações mas não consegue afastar os robustos indícios e provas que as consubstanciam e que estão amplamente analisadas no item 24 e subitens desta instrução. Analisemos algumas dessas declarações:
- 27.3. Diz o Sr. Marco Antônio que a Secretaria Executiva criada para organizar o XV Congresso Mundial o havia incumbido de atestar a realização e recebimento dos materiais e serviços. Ora, isso afronta o depoimento do Sr. José Carlos Cartilha Crozera, prestado em 29/03/2000, que exercia, à época dos fatos, a função de Assessor de Comunicação Social da Fundacentro (fls. 318 a 321 do vol. 13). Segundo o então Assessor, essa atribuição cabia a ele. Não bastasse a incompetência funcional, é preciso ressalvar que o Sr. Marco Antônio lavrou os recebimentos de forma totalmente negligente – sem ao menos fiscalizar os quantitativos entregues – ensejando forte suspeita de conluio entre este recebedor e o fornecedor.
- 27.4. Diz o Sr. Marco Antônio que os encartes foram distribuídos em todo o Brasil – nos sindicatos, fábricas e jornais de grande circulação. Por outro lado, a empresa SMP&B afirma que toda a distribuição foi realizada pela empresa Onda ND Produção e Publicidade, sem qualquer custo para a Fundacentro. Aliás, a SMP&B apresentou uma extensa relação de empresas destinatárias dos encartes que inicia-se às fls. 319 do vol. 16 e prossegue nos vols. 17 a 27, preenchendo-os integralmente, dando a entender que o material foi distribuído por um sistema do tipo mala direta. Tanto que a SMP&B não menciona ter se utilizado de veiculação em jornais de grande circulação, nem mesmo dos serviços dos Correios. Vale enfatizar, mais uma vez, que não foram apresentados documentos idôneos que comprovem a distribuição das mais de 6 milhões de peças publicitárias.
- 27.5. O Sr. Marco Antônio admite que não detinha conhecimento técnico para avaliar materiais gráficos e diz que havia um pessoal contratado pela Secretaria Executiva para fazer esse trabalho. Mas o Responsável não descreve quem eram essas pessoas, em quais situações e de que forma eles atuavam para garantir o recebimento adequado desses materiais. Dois funcionários lotados na Diretoria de Administração e Finanças – um que era o seu substituto eventual e outra que encaminhava os processos administrativos para o pagamento (vide itens 24.5, 24.6 e 24.7 desta instrução) – dão conta de que o procedimento de recebimento dos materiais adotado pelo Responsável era meramente burocrático. Vale ressaltar a declaração do Responsável, às fls. 502-vol. Principal: “*O material em sua grande maioria era entregue diretamente no Anhembi, mas imagino tenha sido conferido, pois me foi trazida a nota para assinatura, e o Diretor da DAF tinha total confiança em sua assessoria (...)*”.
- 27.6. O Sr. Marco Antônio não soube explicar as incoerências de datas nas notas fiscais, orçamentos e atestações de algumas das despesas impugnadas.
- 27.7. Totalmente infundada também a defesa apresentada pelos seus advogados, às fls. 517-vol.14, porquanto se imputa ao Responsável flagrante descumprimento da Lei 8.666/93, especialmente de seu art. 73, bem como dos arts. 62 e 63 da Lei 4.320/64. Assim, não se trata somente de inobservância do contrato. Outrossim, é preciso refutar de pleno o argumento da Defesa de que os vínculos obrigacionais do contrato não alcançam os órgãos internos da Fundacentro, tendo em vista que os órgãos, pela sua própria definição, são integrantes e inseparáveis do órgão maior, a Entidade. O fato de um órgão



subordinado não deter personalidade jurídica que o revista da capacidade de ser parte de uma lide, não o desvincula das obrigações contratuais assumidas pela Entidade. Assim sendo, não procede a alegação de que a Portaria 143/96 teria revogado os efeitos internos de cláusulas contratuais.

- 27.8. Em suma, o Responsável, infringindo as normas do Direito Financeiro e de Licitações e Contratos, como também cláusulas contratuais, solicitou, recebeu e pagou a elaboração de mais de seis milhões de peças publicitárias, sendo 1,7 milhões em língua estrangeira, material esse desconhecido para o Presidente da Fundacentro, para o Assessor de Comunicação Social, para o Chefe do Almoxarifado e para os demais funcionários que prestaram depoimento à Comissão de Tomada de Contas Especial e à Comissão Disciplinar. Alheios a esses testemunhos, tanto a empresa quanto o Sr. Marco Antônio insistem na alegação de que esse material não se destinava a somente os participantes do XV Congresso Mundial – cerca de 3.000 pessoas - mas que tratava-se de peças publicitárias de caráter essencialmente técnico sobre aspectos dirigidos ao conceito de segurança no trabalho e que foram distribuídos por todo o Brasil. Contudo, não logram esclarecer e comprovar satisfatoriamente como ocorreu esta distribuição – no Brasil e no Exterior – assim como não justificam a necessidade de se distribuir 1,7 milhões de peças publicitárias por diversos países europeus e americanos.
- 27.9. Esses e outros aspectos amplamente discutidos no item 24 e subitens desta instrução configuram plenamente a responsabilidade do ex-Diretor de Administração e Finanças da Fundacentro - de forma solidária com a empresa SMP&B.

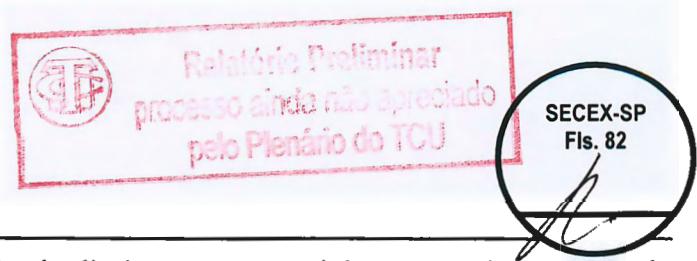




VI- DAS RESPONSABILIDADES

28. De início, é preciso ressalvar a omissão do processo quanto às responsabilidades do Sr. Humberto Carlos Parro, ex- Presidente da Fundacentro e do Sr. José Gaspar Ferraz de Campos, ex- Diretor-Executivo, tendo em vista evidências de que, na qualidade de titulares dos dois cargos de maior hierarquia da administração, abandonaram a gestão dos contratos de publicidade ao inteiro alvedrio do Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha, negligenciando totalmente o exercício do controle hierárquico – *culpa in vigilando* – e, com isso, propiciando a consecução de tão graves irregularidades. Cabe salientar, contudo, que não há nos autos elementos que comprovem envolvimento doloso daqueles dois ex- dirigentes no cometimento das diversas irregularidades tratadas neste processo. Ao revés, há indícios de que o Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha agia sorrateiramente, por exemplo: ao utilizar photocópias de autorizações de serviços da Presidência, ao alterar os quantitativos de serviços das autorizações, ao atestar os recebimentos sem dar conhecimento à Assessoria de Comunicações etc.
- 28.1. A omissão supracitada poderá ser adequadamente elidida – ouvindo-se em audiência os dois antigos dirigentes - no âmbito do processo de Prestação de Contas da Fundacentro do exercício de 1998 (TC 007.285/1999-0) que se encontra sobrestado em função, justamente, desta TCE.
29. Consoante a proposta de fls. 2274/2275-vol.11 e em cumprimento ao despacho de fls. 2297-vol.11, foram citados, solidariamente, nos termos dos arts. 10, § 1º, e 12, inciso II, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 202 , inciso II, do Regimento Interno, o Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha, ex-Diretor de Administração e Finanças da Fundacentro, a empresa SMP&B São Paulo Comunicação Ltda e a empresa Quality Comunicação Ltda. De fato, são as partes necessárias do processo, já que essas empresas são as beneficiárias diretas dos pagamentos indevidos feitos por aquele ex- Diretor da Fundacentro.
30. Ocorre que se vislumbra claramente no caso em apreço a possibilidade da aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica, de forma a habilitar o Estado a buscar junto ao patrimônio pessoal dos sócios da empresa SMP&B São Paulo Comunicação Ltda o resarcimento dos prejuízos causados aos cofres da Fundacentro. De acordo com o que consta, às fls. 636-vol. 3 e 3542-vol. 34, eram sócios da empresa, à época, os Srs. Ney Tadeu da Silveira, CPF nº 067.860.570-04, e Cristiano de Mello Paz, CPF nº 129.449.476-72. Estes senhores, portanto, deveriam ter sido arrolados e devidamente citados, mas não o foram.
31. Por outro lado, esta instrução demonstrou que estão plenamente configurados os débitos descritos no item 22.2, bem como as responsabilidades solidárias do Sr. Marco Antônio e da empresa SMP&B. O processo, nesse tocante, encontra-se concluso para o julgamento de mérito.
32. Assim, a nosso ver, o TCU atenderá melhor ao interesse público caso julgue, desde logo, o mérito desta TCE.
- 32.1. Em primeiro lugar porque a citação solidária dos sócios da SMP&B é facultativa, ou seja, os sócios da empresa não constituem o que no Direito Processual Civil se denomina de litisconsortes necessários. O arrolamento dos sócios teria um objetivo claramente



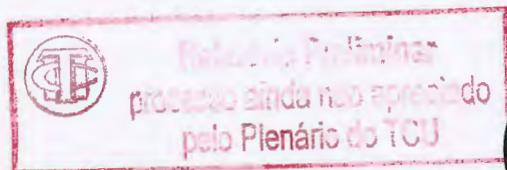


[Handwritten signature]

satisfatório, isto é, não visaria à cognição do direito mas, essencialmente, ao incremento da efetividade da execução judicial.

- 32.2. Em segundo lugar, porque o interesse público é uno e ele não será prejudicado com a decisão do Tribunal de não citar os sócios nesta TCE porquanto estes já se encontram arrolados como réus na Ação Civil Pública nº 2002.61.00.008642-1, da 11ª Vara Cível Federal de São Paulo, movida pelo Ministério Público Federal (v. 3597/3636-vol. 34), que versa sobre os mesmo fatos e pede, às fls. 3590-vol.34, que sejam todos os réus condenados a ressarcirem à Fundacentro o valor histórico desviado de R\$ 5.752.815,81. Este processo judicial encontra-se ainda em instrução na 11ª Vara Cível Federal de São Paulo, conforme consulta eletrônica efetuada na página da Internet do TRF 3ª Região, anexada às fls. 21/25-vol.35.
33. Também não se pode olvidar que se trata de matéria de grande repercussão social, exigindo a máxima celeridade do TCU. Ademais, o acórdão que vier a ser prolatado nesta Casa, devidamente comunicado ao Ministério Público Federal, poderá, eventualmente, contribuir para o próprio deslinde da Ação Civil Pública supracitada.





VII - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

34. O Relatório de Auditoria Especial n.º 032.606, de 03.08.1999 – folhas 03/10-vol. Principal, da Secretaria de Controle Interno do Ministério do Trabalho e Esporte, teve como escopo o exame das despesas realizadas com propaganda e publicidade pela Fundacentro no período de 01/01/1998 a 30/04/1999. O Relatório, no seu item 4, às fls. 3-vol. Principal, informa que foram examinados os processos de pagamento de nºs 640, 641/97 e 94/98.
35. Por outro lado, a atual Administração da Fundacentro, informou, em 01/08/2005, que os pagamentos efetuados às empresas Quality e SMP&B somaram os seguintes montantes (vide às fls. 05 do TC 013.039/2005-3 – juntado a este processo) :

exercício	Quality Comunicação Ltda	SMP&B São Paulo Comunicação Ltda	total/exercício
1997	4.400.058,29	8.529.232,29	12.931.287,58
1998	5.110.716,71	12.111.048,73	17.223.763,44
1999	2.555.996,09	1.384.036,53	3.942.031,62
total/agência	12.066.771,09	22.024.317,55	

36. Portanto, percebe-se que não foram abrangidos pela Auditoria Especial do Controle Interno volumes significativos de gastos com publicidade efetuados, especialmente, no exercício de 1997.
37. Tendo em vista que no caso em apreço configuraram-se inúmeras irregularidades gravíssimas, é altamente recomendável que o TCU inspecione todos os demais pagamentos efetuados à empresa SMP&B, ou seja, todos aqueles que não estejam incluídos nos processos de pagamento de nºs 640, 641/97 e 94/98 - estes já auditados pelo Controle Interno.
38. Outrossim, a presente instrução entendeu necessária a realização de inspeção para sanear as seguintes ocorrências:
 - a) pagamentos indevidos de honorários, analisados nos itens 15, 16, 17 e 18 desta instrução;
 - b) superfaturamentos de serviços contratados pela SMP&B, analisados nos itens 19, 20 e 21 desta instrução.
39. Assim sendo, entendemos recomendável a formação de um processo apartado, a fim de que nele seja realizada e apreciada a inspeção que conjugue os escopos dos itens 37 e 38 supra.





VIII - PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

40. Diante do exposto, submetemos os autos à consideração superior, propondo que as presentes contas sejam julgadas **irregulares** e em débito os responsáveis abaixo relacionados, nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "b" e "d", e 19, *caput*, da Lei nº 8.443/92, considerando as ocorrências relatadas nos itens 22, 24, 25 e 27 desta instrução, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das importâncias especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculada a partir das datas discriminadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU:

Responsáveis solidários: Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha, ex- Diretor Administrativo e Financeiro da Fundacentro, e a empresa SMP&B São Paulo Comunicações Ltda.

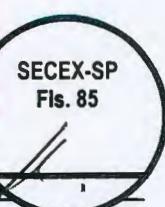
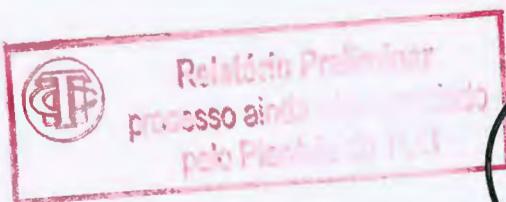
Ocorrência: execução irregular do contrato de prestação de serviços de publicidade celebrado, em 10/04/1997, entre a Fundacentro e a SMP&B São Paulo Comunicações Ltda, em razão de pagamentos efetuados pela Fundação à agência de publicidade contratada, a título de resarcimento de serviços executados por terceiros, sem a comprovação efetiva da entrega dos materiais ou da prestação efetiva dos serviços, em flagrante descumprimento do art. 73 da Lei 8.666/93, dos arts. 62 e 63 da Lei 4.320/64, assim como das cláusulas nona, inciso V, e décima-primeira, parágrafo único, do contrato.

DÉBITO -relação dos pagamentos indevidos-

Empresa fornecedora: RBS Gráfica e Editora Ltda

Nota fiscal	Data da ocorrência (emissão da O.B.)	Produto	Valor (R\$)
000161	16/12/1998	Confecção e Impressão do Programa Técnico	142.386,00
000162	16/12/1998	Confecção e Impressão do Programa Técnico	137.426,20
000163	16/12/1998	Confecção e Impressão do Programa Técnico	113.170,00
000164	16/12/1998	Confecção e Impressão de folheto	115.904,00
000165	16/12/1998	Confecção e Impressão de folheto	136.291,00
000166	16/12/1998	Confecção e Impressão de folheto	146.287,20

1143



000167	16/12/1998	Produção de Fascículos: "Proteção de Maquinas" ..	131.206,00
000168	16/12/1998	Produção de Fascículos: "Proteção de Maquinas"	124.319,00
000170	16/12/1998	Produção de Fascículos: "Proteção de Maquinas"	125.957,20
000174	28/12/1998	Impressão de folheto institucional	101.188,08
000175	28/12/1998	Impressão de folheto institucional	152.458,00
000176	28/12/1998	Impressão de folheto institucional	127.836,12

Empresa fornecedora: Gráfica Braga Ltda

003010	27/01/1999	Encartes nº 01 – em inglês	127.482,36
003011	27/01/1999	Encartes nº 02 – em português	146.492,00
003012	27/01/1999	Encartes nº 03 – em espanhol	117.507,84
003013	27/01/1999	Encartes nº 01 – em inglês	130.960,00
003015	27/01/1999	Encartes nº 02 – em português	142.526,37
003020	27/01/1999	Encartes nº 03 – em espanhol	117.995,83

Empresa fornecedora: Image Solution Gráfica Editora Ltda

164	24/11/1998	Encartes	322.510,02
206	22/12/1998	Produção e impressão de folhetos para o "XV Congresso Mundial"	251.790,00
504	18/03/1999	Impressão de Mala Direta em "inglês"	26.457,76
506	23/02/1999	Impressão de Mala Direta em "português"	23.339,60
507	18/03/1999	Encartes em "espanhol"	41.687,19
508	18/03/1999	Encartes em "inglês"	29.577,31

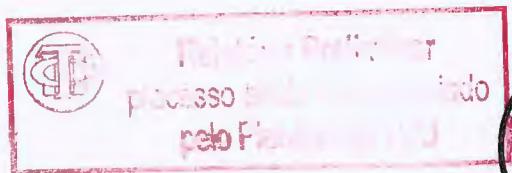
Empresa fornecedora: Magnaprint do Brasil Editora Ltda

775	15/10/1998	Encartes nº 3 – reimpressão	51.529,78
781	15/10/1998	Refação de Fotolito	50.797,00

Empresa fornecedora: Topic Participações e Serviços Ltda.

000310	23/11/1998	Prestação de serviços no Planejamento do XV Congresso Mundial — fase 1	112.300,00
000311	23/11/1998	Prestação de serviços no Planejamento do XV Congresso Mundial — fase 2	112.356,00
000312	23/11/1998	Prestação de serviços no Planejamento do XV Congresso Mundial — fase 3	112.519,03

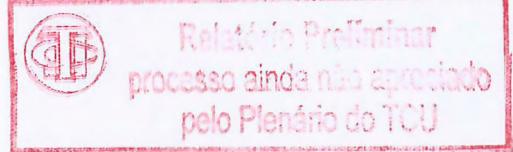
1144



000322	04/12/1998	Execução e produção do XV Congresso — 1º fase	125.626,00
000323	07/12/1998	Execução e produção do XV Congresso — 2º fase	134.452,00
000324	11/12/1998	Execução e produção do XV Congresso — 3º fase	101.414,20
000325	14/12/1998	Planejamento e coordenação do projeto Construção Civil	144.286,00
000326	16/12/1998	Planejamento e coordenação do projeto para CIPA	124.714,00

- 40.1. Seja aplicada aos responsáveis, **Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha**, ex-Diretor Administrativo e Financeiro da Fundacentro, e a **empresa SMP&B São Paulo Comunicações Ltda**, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional.
- 40.2. Seja autorizada, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação; e
- 40.3. Seja remetida cópia desta instrução e do acórdão que vier a ser prolatado ao Ministério Público da União em face da Ação Civil Pública 2002.61.00.008642-1, da 11ª Vara Cível Federal de São Paulo e para o ajuizamento das ações penais cabíveis, nos termos do art. 16, §3º, da Lei nº 8.443/92.
41. Considerando que há ocorrências tratadas neste processo que não se encontram plenamente saneadas. Considerando que a apuração de irregularidades levada a efeito pelo Controle Interno e pelas Comissões de TCE e Disciplinar da Fundacentro não abrangeu todo o período de vigência do contrato celebrado com a **empresa SMP&B**. Propomos, nos termos dos arts. 29 e 30 da Resolução do TCU nº 136/2000, que seja formado processo apartado mediante a reprodução por cópia das seguintes folhas ou volumes dos autos:

Volume	Conteúdo	Cópia
Principal	Proc. Adm. Fundacentro 762/99	integral
1	Proc. Adm. Fundacentro 762/99 – cont.	integral
2	Proc. Adm. Fundacentro 762/99 - cont	integral
3	Proc. Adm. Fundacentro 762/99 - cont	integral
4	Proc. Adm. Fundacentro 762/99 - cont	integral
9	Proc. Adm. Fundacentro 762/99	fis. 1882-1909
11	Instrução Inicial Secex-SP e citações	integral
12	Proc. Adm. Disciplinar Fundacentro nº 206/2000	integral
13	Proc. Adm. Disciplinar Fundacentro nº 206/2000 – vol.I	integral
14	Proc. Adm. Disciplinar Fundacentro nº 206/2000 – vol. II	integral
15	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (Anexo II)	1-5
32	Defesa SMP&B no Proc. 762/99 (vol.17)	integral
33	Resposta à Citação – Quality Comunicação Ltda	integral
34	Resposta à Citação – SMP&B Publicidade Ltda	integral



35	Exame das respostas à Citação – Secex/SP	integral
----	--	----------

41.1. Propomos, desde logo, que seja autorizada, no âmbito do processo apartado, a realização de inspeção na Fundacentro com o seguinte escopo:

41.1.1. Exame dos processos de execução e de pagamentos relativos aos contratos de publicidade, objetivando sanear as seguintes ocorrências:

- c) pagamentos indevidos de honorários, analisados nos itens 15, 16, 17 e 18 desta instrução;
- d) superfaturamentos de serviços contratados pela SMP&B, analisados no item 19, 20 e 21 desta instrução.

41.1.2. Exame de todos os pagamentos efetuados à empresa SMP&B que não constem dos Processos de Pagamento de nºs 640, 641/97 e 94/98 - estes já auditados pelo Controle Interno.

São Paulo, em 21 de outubro de 2005.

Wilson Issamu Yamada
AFCE - Mat. 3499/1

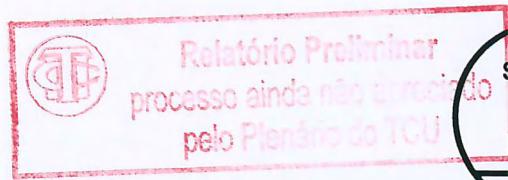
De acordo:
SECEX/SP, em 26/10/2005

LUIS HATAJIMA
Diretor da 1ª DT





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Controle Externo
Secretaria de Controle Externo - SP



SECEX-SP
Fls. 88

TC-010.556/2003-1

DESPACHO

Manifesto-me DE ACORDO com a proposta de fls. 84/87. Consoante orientação da i. Presidência, por tratar-se de matéria investigada pela CPI dos Correios, encaminhe-se à Segecex.

Secex/SP, em 26 de outubro de 2005.


LUIZ AKUTSU
Secretário de Controle Externo

